



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
CURSO DE BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO
LABORATÓRIO DE CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E REABILITAÇÃO

SASKYA RODRIGUES BRANDÃO
201304340059

PROJETO DE INSERÇÃO ARQUITETÔNICA DA ANTIGA
CASA CARVALHAES

Belém-PA
2019

SASKYA RODRIGUES BRANDÃO
201304340059

**PROJETO DE INSERÇÃO ARQUITETÔNICA DA ANTIGA
CASA CARVALHAES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do Título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª. Roseane da Conceição Costa Norat.

Belém-PA
2019

SASKYA RODRIGUES BRANDÃO
201304340059

**PROJETO DE INSERÇÃO ARQUITETÔNICA DA ANTIGA
CASA CARVALHAES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do Título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª. Roseane da Conceição Costa Norat.

Banca Examinadora:

Presidente: Prof^ª Dr^ª. Roseane da Conceição Costa Norat.

Examinador (a) Interno: Profa. Dra. Amanda Monteiro Corrêa Pinto

Examinador (a) Externo: Arq. Dr. Alexandre Máximo Silva Loureiro

Belém-PA
2019

A Rita e Carlos (*in memoriam*), minhas
maiores inspirações e saudades.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais pelo dom da vida e pela oportunidade dessa experiência inigualável e excepcional que é estar viva.

A minha mãe Rita, que mesmo com pouco tempo nesse plano, pôde deixar o seu amor eternamente dentro de mim, e sempre será um exemplo a seguir. Ela quem plantou em mim o sonho de ingressar na Universidade Federal do Pará, e agora ao concluir a graduação sinto que foi o amor dela que nunca me deixou desistir.

Ao meu pai Arles, que sempre se esforçou para me proporcionar os meios para alcançar os meus sonhos, sempre me apoiando e me inspirando a dar o meu melhor. Obrigada por todos os ensinamentos tanto os da vida, quanto da profissão que agora compartilhamos.

Ao meu avô Carlos, minha saudade diária, que sempre acreditou em mim mais do que eu mesma. Tuas palavras carinhosas ecoam sempre na minha mente e meu coração.

A minha avó Jalva, minha maior preciosidade nessa vida, por não medir esforços para sempre me ver feliz e saudável. Não seria nada sem a sua companhia, carinho e amor.

A minha tia Niamey, pela confiança depositada em mim e por nunca ter desistido de não me deixar desistir. Todos os seus conselhos são imensamente importantes para mim.

A todos da minha família, que torcem por mim todos os dias e vibram pelas minhas vitórias.

A minha terapeuta, Claudia Fonseca, quem me auxilia na jornada do autoconhecimento e me ajuda a despertar as melhores partes de mim.

A Amanda, que foi essencial na reta final na conclusão deste trabalho. Obrigada pela presença diária, pelo cuidado e por ter me dado forças para acreditar no meu potencial. Serei eternamente grata.

Ao João, que compartilhou junto comigo grande parte da vida universitária e sempre foi uma inspiração de determinação e empenho. Obrigada por tantos momentos e por me fazer ser uma pessoa melhor.

Aos meus amigos, Luana, Márcio, Fernanda, Roberta, Ana Karolina, Ana Lídia, Marina, Carolina e Gabriella, que há tanto tempo seguem sendo os pilares da minha vida. Obrigada por acreditarem na minha capacidade e por sempre estarem de braços e ouvidos abertos para minhas reclamações, mas também sempre sorrindo junto comigo as minhas felicidades.

A minha amiga, Anna Carolinne, meu exemplo de bondade e amor. Compartilhar esses fechamentos de ciclos contigo fez tudo ser menos difícil. Obrigada por ser meu porto seguro.

A Mayra, minha fiel amiga “um só corpo”. Nossas lutas são tão semelhantes, que minha felicidade é sempre tua também e vice-versa. Obrigada pelo companheirismo e por tanto que já vivemos e aprendemos nessa estrada da vida.

A minha amiga Maíra, minha inspiração de ser humano. Agradeço por ter estado ao meu lado nos melhores, piores e mais complicados momentos, sempre me lembrando da força que tenho dentro de mim. És luz em minha vida.

As amigas que a faculdade me deu e que nem as maiores distâncias desse mundo conseguem separar: Gabriele, Ana Beatriz, Rebecca e Beatriz. Vocês foram o maior presente que já ganhei. Obrigada por sonharem esse sonho junto comigo e por lutarem, cada uma da sua maneira, me dando apoio e força. Essa vitória também é de vocês.

A todos os meus amigos do intercâmbio, minhas grandes saudades. As experiências que vivemos juntos me fizeram entender o real sentido de estar viva. Obrigada por tantos momentos inigualáveis.

A minha orientadora e meu exemplo, professora Roseane Norat, que foi essencial na etapa final da graduação e sem o seu apoio e compreensão eu não teria conseguido. Obrigada por não ter desistido de mim e por ter me guiado com muita sabedoria até o fim.

A professora Thais Sanjad, que abriu as portas e fez eu me apaixonar pelo Restauo. Obrigada por ser minha maior inspiração, tanto profissional, quanto de uma mulher excepcional.

Aos professores José Maria Bassalo, Flávia Palácios e Ana Claudia Cardoso, que sempre me inspiraram como profissionais incríveis e me fizeram ter sede em buscar a minha melhor versão.

Meu eterno carinho e admiração por todos os mestres da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, por tantos ensinamentos. Agradeço também a todos do Laboratório de Conservação, Restauração e Reabilitação, que foram essenciais na minha busca por conhecimento nessa área.

A Roberta Ferreira, minha primeira chefe que guardo sempre no coração. Agradeço por todos os aprendizados, não somente sobre Arquitetura de Interiores, mas por me ensinar tanto através da grande profissional, independente e doce que você é.

Ao meu eterno chefe, Denilson Rebouças, meu mentor e grande amigo. Obrigada por fazer eu me cativar pelo mundo da Engenharia, e por ser meu espelho de um profissional justo, honesto, extremamente competente e uma pessoa com um coração gigante. Serei eternamente grata por todo aprendizado compartilhado, pela paciência e parceria. Com certeza “nem melhor, nem pior, mas diferente”.

Agradeço também a todos da Quadra Engenharia, lugar onde conquistei o meu primeiro emprego, que sempre me acolheram e me ensinam todos os dias em como ser uma grande profissional.

Por muito tempo duvidei que seria capaz de fechar esse ciclo, e desacreditei de mim mesma, mas hoje, depois de achar minha própria força e finalmente concluir essa etapa, não poderia estar mais feliz e grata. No mais, agradeço a todos os seres que passaram pelo meu caminho durante todos esses anos. Cada um foi essencial, de alguma forma, para chegar até aqui. Agradeço ao universo pelos momentos vividos e pelas experiências durante minha caminhada, pois todas me moldaram e me fizeram ser quem eu sou.

RESUMO

As edificações e monumentos históricos são representantes do processo de transformação e testemunho da experiência humana. Contudo, o descaso com o patrimônio histórico é uma problemática que assola os conjuntos históricos atualmente. A Casa Carvalhaes, edificação situada no coração do Centro Histórico da cidade de Belém (PA) e datada do final do século XIX, é um exemplar do Eclétismo e representante do período áureo da *Belle Époque*. No entanto, em 2015, alvo do abandono, a edificação sofreu um incêndio e foi parcialmente destruída, restando somente partes das fachadas originais e fragmentos. Diante disso, este trabalho tem por objetivo a elaboração de um projeto de inserção arquitetônica que considere os referenciais históricos, urbanísticos e os remanescentes da edificação, possibilitando um novo uso compatível, aliando o incentivo ao comércio e serviços no pavimento térreo e um Hostel nos pavimentos superiores. O projeto conta com referencial teórico com as bases teóricas do restauro, caracterização do estilo eclético, exemplos de fachadas azulejadas, hostel em contextos históricos e situações de edificações em pós-sinistros. Ainda, foi realizada a análise do objeto e entorno, legislações incidentes e diagnóstico com levantamento e mapeamento de danos do remanescente da edificação. Dessa forma, a proposta de inserção arquitetônica de uma edificação contemporânea integrada às fachadas originais, com diálogo harmônico entre o antigo e novo, promove a valorização e manutenção da vitalidade do patrimônio arquitetônico do Centro Histórico.

Palavras-chave: eclétismo; hostel; inserção contemporânea.

ABSTRACT

Monuments and historical buildings are representative of the transformation process and a testimony of human experience. However, the neglect of historical heritage is a problem that plagues historical areas nowadays. Casa Carvalhaes, a building located in the heart of the Historic Center of the city of Belém (PA) and dated of late 19th century, is an example of eclecticism and representative of a golden period, called Belle Époque. Although, in 2015, target of abandonment, the building suffered a fire and was partially destroyed, resting only parts of the original facades and fragments. Therefore, this work aims to develop an architectural project that considers the historical, urbanistic references and the remaining building, enabling a new compatible use, combining commercial services on the ground floor and a hostel on the upper pavements. The project was based on theoretical framework with the theories of conservation and restoration, characterization of the eclectic style, examples of tiled facades, hostel in historical contexts and buildings in situation of post-accident. In addition, was carried out an analysis of the object and surroundings, applicable legislation in the area and also a diagnosis with survey and mapping of damage of the facades. Thereby, the proposal for an architectural insertion of a contemporary building integrated with the original remains, with a harmonious dialogue between the old and the new, promotes the enhancement and maintain the vitality of the architectural heritage of the Historic Center.

Keywords: eclecticism; hostel; contemporary insertion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Folheto da Casa Carvalhaes.	12
Figura 2: Vista frontal da Ópera Nacional de Paris (1861-1875).....	30
Figura 3: : Loja Paris n'América (1906-1909), situada na R. Santo Antônio, nº 42.....	32
Figura 4: Colégio Lauro Sodré (1893), atual sede do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, situado na Av. Almirante Barroso, nº 3098.	32
Figura 5: Palacete Bibi Costa (1905), situado na Av. Governador José Malcher, nº 1044, 2018.	33
Figura 6: Solar do Brão do Guajará, atual sede do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, situado R. Tomásia Perdigão, nº 64, um dos primeiros exemplares com fachadas azulejadas, 2019.	35
Figura 7: Edificação com fachada azulejada, situada na esquina da Tv. Félix Roque e R. Tomásia Perdigão.....	36
Figura 8: Edificações modernas com fachada azulejada, no CHB, 2018.....	37
Figura 9: Edificações com fachadas azulejadas do século XX, no CHB, à esquerda detalhe do “raio-que-o-parta” na platibanda, 2018.	37
Figura 10: Detalhe de azulejo moderno em edificação mais antiga, no CHB, 2018.....	38
Figura 11: Casa dos Bicos antes da intervenção, 1955-1970.	39
Figura 12: Casa dos Bicos após restauro, 2018.....	39
Figura 13: Detalhe das novas janelas, na parte superior.....	40
Figura 14: Casa dos Bicos e edificações de entorno.	40
Figura 15: Vista aérea do Convento do Carmo, 1996.	41
Figura 16: Nave principal do Convento do Carmo, 1999.	42
Figura 17: Entorno do Convento do Carmo, com os terraços.	42
Figura 18: Interior das ruínas do Carmo, 2016.....	43
Figura 19: Fachada da Alte Pinakothek.....	43
Figura 20: Alte Pinakothek após intervenção.....	44
Figura 21: Destaque para a relação entre o antigo e novo.....	44
Figura 22: Situação de abandono que a edificação se encontrava em 2013.....	45
Figura 23: Anexo contemporâneo e casarão do século XIX.	46
Figura 24: Bar/restaurante do Hostel Villa 25.....	46

Figura 25: Edificações antes e depois da intervenção, respectivamente.	47
Figura 26: A) Modelo de quarto; B) Cafeteria do POA Boutique Hostel.	48
Figura 27: Fachada do Safestay Hostel, em Londres.	48
Figura 28: Modelo de ficha para elaboração do mapeamento de danos.	50
Figura 29: Planta da cidade do Pará em 1771.	52
Figura 30: Casa Carvalhaes em funcionamento, vista da esquina da R. Santo Antônio e Trav. Leão XII.	55
Figura 31: Anúncio da loja Casa Carvalhaes.	55
Figura 32: Fachada da Casa Carvalhaes pela R. Santo Antônio	56
Figura 33: Interior da Casa Carvalhaes.	57
Figura 34: Desenho do motivo do azulejo da Casa Carvalhaes.	57
Figura 35: Desenho do motivo da cercadura da Casa Carvalhaes.	58
Figura 36: Vista área do bairro do Comércio, ao fundo da esquerda para a direita, o <i>Bon Marché</i> e ao lado a Casa Carvalhaes, ambas casas comerciais.	59
Figura 37: Casa Carvalhaes funcionando com lojas, em 2005.	60
Figura 38: Início do incêndio na Rua Santo Antônio, na Farmácia Cesar Santos e Casa Carvalhaes à esquerda.	60
Figura 39: Fachada de esquina da Casa Carvalhaes, com interior em chamas.	61
Figura 40: Casa Carvalhaes após o incêndio.	61
Figura 41: Casa Carvalhaes durante a coleta dos escombros.	62
Figura 42: Situação atual da Casa Carvalhaes.	63
Figura 43: Localização da Casa Carvalhaes.	63
Figura 44: Delimitação da ZEIP e entorno, com indicação do objeto de estudo.	66
Figura 45: Delimitação da ZAU 7, Setor I-B e entorno, com indicação do objeto de estudo.	68
Figura 46: Planta baixa da proposta para o pavimento térreo da Casa Carvalhaes.	72
Figura 47: Planta baixa da proposta para o 1º pavimento da Casa Carvalhaes.	73
Figura 48: Planta baixa da proposta para o 1º pavimento da Casa Carvalhaes.	73
Figura 49: Proposta do Desenvolve Belém para a Travessa Leão XIII.	74
Figura 50: Fachada remanescente da Casa Carvalhaes, pela Rua Santo Antônio.	76
Figura 51: Parte da fachada remanescente da Casa Carvalhaes, pela Trav. Leão XIII.	76
Figura 52: Parte da fachada remanescente da Casa Carvalhaes, pela Trav. Leão XIII.	77

Figura 53: Fachada da Casa Carvalhaes pela Trav. Leão XIII em 2002 e remanescente da fachada em 2019, respectivamente.	77
Figura 54: Fachada da Casa Carvalhaes pela R. Santo Antônio em 2002 e remanescente da fachada em 2019, respectivamente.	78
Figura 55: Organograma da proposta.	86
Figura 56: Fluxograma da proposta.	87
Figura 57: Setorização da proposta.	88
Figura 58: Layout do Térreo.	89
Figura 59: Layout 2º pavimento.	90
Figura 60: Layout 1º pavimento.	90
Figura 61: Volumetria com 10m de altura e entorno.	91
Figura 62: Volumetria com 16.5m de altura e entorno.	91
Figura 63: Proposta para a antiga Casa Carvalhaes.	92
Figura 64: Fachada da Tv. Leão XIII.	92
Figura 65: Fachada da R. Santo Antônio.	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Definição do Programa de Necessidades.....	83
--	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACES

CHB	Centro Histórico de Belém
CFTV	Circuito Fechado de Televisão
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
DPHAC	Departamento do Patrimônio Artístico, Histórico e Cultural
FUMBEL	Fundao Cultural do Município de Belém
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LACORE	Laboratório de Conservao, Restauroao e Reabilitao
MAC	Museu Arqueológico do Carmo
PDM	Plano Diretor do Município de Belém
PMB	Prefeitura de Belém
SECULT	Secretaria de Estado de Cultural
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	10
LISTA DE TABELAS	13
LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES	14
1. INTRODUÇÃO	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1. Trajetória do Pensamento Preservacionista.....	15
2.1.1. As teorias do Restauro.....	15
2.1.2. Cartas Patrimoniais.....	24
2.2. O Eclétismo nas edificações no final do século XIX e início do século XX	29
2.3. As fachadas azulejadas em Belém.....	34
2.4. Intervenções projetuais e processos restaurativos em contextos históricos em pós-sinistros	38
2.5. Hostel em contextos históricos	44
3. ABORDAGEM METODOLÓGICA	49
4. ANÁLISE DO OBJETO DE ESTUDO	51
4.1. Evolução urbanística do CHB e o contexto do objeto.....	51
4.2. A Casa Carvalhaes.....	54
4.3. Legislação Incidente	63
4.4. Projetos desenvolvidos na área.....	71
5. DIAGNÓSTICO.....	76
5.1. Levantamento Fotográfico, Físico Cadastral e Mapeamento de Danos	76
6. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	83

6.1. Programa de Necessidades	83
6.2. Organograma e Fluxograma	85
6.3. Setorização.....	88
6.4. Memorial Justificativo.....	88
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	94

1. INTRODUÇÃO

A arquitetura é um reflexo do modo de vida de uma sociedade, demonstrando como o homem se relaciona com o espaço ao seu redor. O ambiente construído é moldado de acordo com as necessidades, o grau de domínio tecnológico e até mesmo com os valores culturais e estéticos de quem o habita. Dessa forma, o fazer arquitetônico, juntamente com a humanidade, encontra-se em constante transformação, seja em seus aspectos estilísticos ou construtivos.

As edificações e monumentos históricos são representantes desse processo de transformação e testemunho da experiência humana. Além de traduzir o estilo de uma época, essas construções são um meio pelo qual a sociedade se relaciona com o passado, sendo a sua preservação e conservação fundamentais para o desenvolvimento das sociedades em diversos aspectos, inclusive o econômico e social.

Essa dialética entre o antigo e o novo tem presença forte na cidade de Belém, sendo possível observar exemplares arquitetônicos de diferentes períodos e estilos, do colonial ao contemporâneo. Todavia, sabe-se que o descaso com o patrimônio histórico é uma problemática existente, uma vez que as edificações e monumentos são frequentemente alvo de modificações indevidas, atos de vandalismo e abandono.

A prática preservacionista tem se consolidado no âmbito mundial desde a primeira metade do século XX. No entanto, regionalmente, é somente a partir de meados da década de 1990 que as políticas de preservação se intensificam, com a instituição de legislações que delimitaram e regulamentaram o Centro Histórico de Belém e seu entorno, de modo a promover a salvaguarda do patrimônio arquitetônico.

No escopo da preservação do patrimônio arquitetônico este trabalho tem por objeto a Casa Carvalhaes (figura 1), situada na Rua Santo Antônio, esquina com a Trav. Leão XIII, bairro da Campina, no coração do Centro Histórico de Belém. Com características ecléticas e elementos do *Art Nouveau*, a edificação era um exemplar do estilo que se manifestou no período áureo da *Belle Époque*, com a modernização da capital amazônica após o enriquecimento advindo da economia gomífera.

Figura 1: Folheto da Casa Carvalhaes.



Fonte: Anuario de Belém em Comemoração do seu Tricentenário 1616-1916. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1915.

No entanto, em 2015, alvo do descaso e abandono, a edificação sofreu um incêndio. Da imponente estrutura edificada que emoldurava uma das mais importantes esquinas da cidade, em frente à Loja Paris N'América, após o sinistro sobrevivem somente parte das fachadas originais e elementos recuperados pelo Laboratório de Conservação, Restauração e Reabilitação (LACORE).

De acordo com Bassalo (2008), dentre os materiais que compunham a Casa Carvalhaes, os azulejos mereciam importante destaque. Na virada do século XIX para o XX, esse material passa a ser empregado no revestimento externo e interno das edificações, criando um novo estilo no núcleo urbano de Belém. Segundo Alcântara, Brito e Sanjad (2016), os azulejos que revestiam as fachadas da Casa Carvalhaes, de origem francesa, além de serem um registro da importação

azulejar que ocorria fora do eixo luso-brasileiro, eram também um dos poucos exemplos de composição de azulejos com guarnições do tipo cercadura em Belém.

Os azulejos da Casa Carvalhaes fazem parte do acervo azulejar oitocentista, testemunhos de uma época notável da memória da cidade, que, contudo, estão a desaparecer em decorrência de renovações urbanas ou do abandono (ALCÂNTARA; BRITO; SANJAD, 2016). Além dos azulejos, diversos outros materiais da edificação possuem grande relevância e interesse histórico, tanto pelo caráter estético, quanto documental.

A Casa Carvalhaes, apesar de estar inserida em uma área tombada pelo patrimônio histórico e protegida pela legislação vigente, não deixou de sofrer com o processo de deterioração e destruição. Atualmente, encontra-se inutilizada, restando apenas partes da edificação original. Situada em uma das esquinas mais imponentes do Centro Histórico de Belém (CHB), essa região ainda é palco de intenso fluxo comercial e de pessoas. A edificação possui, ainda que no estado atual, valor histórico, arquitetônico e urbanístico na medida em que compunha a ambiência de um dos mais importantes locais no CHB.

Segundo Siza (2009), compete aos arquitetos preservar o patrimônio tanto como criá-lo, porém, com rigor e sempre se afastando da tentação de deixar alguma assinatura perceptível na obra. Da mesma forma, para Viñas (2010), o critério principal que deve guiar a ação do arquiteto restaurador é a satisfação daqueles que são ou serão afetados pela restauração, ou seja, a restauração é feita para os usuários, e não para a própria obra.

Considerando a importância da edificação para a memória arquitetônica e urbanística da cidade, este trabalho tem por objetivo a elaboração de uma proposta arquitetônica que considere os referenciais históricos, urbanísticos e os remanescentes da edificação denominada originalmente de Casa Carvalhaes, em consonância às teorias contemporâneas do restauro, possibilitando um novo uso compatível para a área que atente aos critérios legais e compatíveis com a estrutura urbana do CHB. Visa-se assim não apenas a recuperação volumétrica da quadra, mas também a requalificação do lote no contexto histórico e sociocultural tanto para seus usuários diretos quanto para a sociedade em geral.

Com a proposta de um novo uso que aliará o incentivo ao comércio e serviços no térreo e um hostel nos pavimentos superiores, pretende-se também ajudar a promover a valorização e a manutenção da vitalidade do patrimônio arquitetônico e reabilitação do CHB, visando uma proposta contemporânea que considere os remanescentes da edificação, e um diálogo harmônico

entre o antigo e o novo. Por consequência, busca-se estimular a sociedade a perceber novas possibilidades de inserções em áreas históricas e de valorização dos seus bens culturais, promovendo e incentivando a ocupação do CHB com usos compatíveis e valorizando a memória coletiva mesmo diante de um fato um sinistro como este que atingiu a Casa Carvalhaes.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Trajetória do Pensamento Preservacionista

2.1.1. As teorias do Restauro

Sabe-se que até a era moderna, a prática de intervir em edificações antigas se baseava em adaptações de construções que, por muitas vezes, haviam perdido sua função, e então eram adequadas às necessidades e exigências da época, sem ter como objetivo a valorização do bem em si. Acreditava-se no desenvolvimento linear da arte, ou seja, expressões artísticas passadas não condiziam com os conceitos de evolução e progresso e, por conta disso, não eram relevantes à preservação. É a partir de eventos como o Renascimento, Iluminismo e a Revolução Industrial que a noção de historicidade evoluiu, assim como a relação entre uma dada cultura e seu respectivo passado (KUHL, 1998).

No período do Renascimento, nasce o interesse por edificações de épocas precedentes, especificamente da Antiguidade Clássica. Em 1450, Leon Battista Alberti, desenvolve um método de levantamento cartográfico e defende que construções antigas deveriam ser preservadas, somente podendo ser demolidas caso fosse necessário dar lugar ao novo. Ainda no século XV, surgem as ordenanças papais, primeiramente com a bula *Cum aliam urbem* de 28 de abril de 1452, do papa Pio II, que visava a proteção de construções e riquezas artísticas sob jurisdição eclesiástica (KUHL, 1998).

De acordo com Kuhl (1998), mesmo com o crescente interesse em estudar e conservar as edificações antigas, esses monumentos serviam como fontes de materiais de construção para novos edifícios, uma vez que possuíam boa qualidade e custo inferior, sendo exemplar o caso do Coliseu de Roma, cujos materiais foram utilizados na construção da Basílica de São Pedro, embora parte do monumento original tenha conseguido sobreviver.

O amadurecimento da ideia de salvaguardar as obras passadas e preservá-las para o futuro aconteceu lentamente. No âmbito italiano, em meados do século XVIII começam a surgir movimentos influenciados pelo Iluminismo, que se fundamentavam na arquitetura greco-romana, em reação oposta ao Barroco. Johann Joachim Winckelmann, historiador e arqueólogo, considerava a Antiguidade Clássica como ideal e deveria servir como inspiração para os artistas contemporâneos e defendia um estudo minucioso da obra antecedente a qualquer ação e que as intervenções deveriam se diferenciar do original (KUHL, 1998).

Em 1730 e 1740, as descobertas arqueológicas das cidades de Herculano e Pompeia, soterradas após a erupção do vulcão Vesúvio em 79 d.C., são um marco para o conhecimento da arquitetura da Antiguidade. A partir de 1798, em Roma, iniciam-se levantamentos, estudos e restaurações dos monumentos antigos. Essas primeiras intervenções visavam a recomposição ou consolidação do monumento com a utilização de partes originais existentes. Essa prática caracterizou-se como Restauro Arqueológico.

A restauração do Arco de Tito, no período de 1819 a 1821, executada por Raffaele Stern e Giuseppe Valadier, que empregaram o travertino ao invés do mármore grego como material dos novos elementos exemplifica este momento, sendo possível distinguir a diferença entre as peças adicionadas e o original, evitando assim a falsificação do monumento (KUHL, 1998).

Na França, o cenário no século XVIII foi marcado por destruições e saques contra as obras de arte e arquitetura. Seguindo os preceitos da Revolução Francesa de 1789, esse vandalismo tinha o intuito de apagar e descaracterizar os símbolos do clero e nobreza, ou seja, as antigas classes dominantes. De acordo com Kuhl (1998), esses atos de depredação dos monumentos históricos acabaram resultando nas primeiras ações oficiais de um Estado a favor da preservação do patrimônio nacional.

Foram elaborados três relatórios pelo abade Gregoire, apresentados ao Comitê de Instrução Pública (1793-1794), que denunciava as práticas contra os monumentos, afirmando que os objetos nacionais são propriedade de todos. Assim, os cidadãos deveriam vigiar as obras das ciências e das artes, e aqueles que degradassem esses monumentos seriam detidos por até dois anos. Kuhl (1998) ressalta que essas ações demonstraram o início da disciplina da restauração, uma vez que os edifícios passam a ser reconhecidos como bens de interesse público e devem ser preservados.

Em 1830, Ludovic Vitet, historiador e crítico de arte, assume a posição de primeiro Inspetor Geral de Monumentos Históricos, e seu princípio fundamental era de “não inovação”, preconizando intervenções mínimas e um profundo conhecimento acerca da obra de arte. Posteriormente, Prosper Merimée, que estudava e apreciava a história medieval, assume o cargo na Inspetoria francesa em 1834. Apesar da arquitetura classicista ainda ser o foco desse período, surge um novo interesse pela arquitetura medieval gótica, denotando um caráter nacionalista à essa valorização (KUHL, 1998).

Nesse cenário, no século XIX, o arquiteto e historiador Viollet-le-Duc (1814-1879) foi um dos mais influentes teóricos na discussão que se iniciara acerca da restauração. De acordo com Viollet-le-Duc, o estilo gótico era puro, sendo, portanto, o único representante da identidade

nacional francesa. Foi o encarregado da restauração de diversos monumentos do período medieval, assim como da Sainte-Chapelle e da catedral de Notre-Dame, em Paris (KUHL, 1998).

Para Viollet-le-Duc (2007) restaurar, diferentemente de conservar, reparar ou refazer, é restabelecer o edifício à um estado completo que pode nunca ter existido em algum período. O intuito da restauração é atingir um modelo ideal, mantendo as características originais, tanto em aparência quanto em funcionamento. Na busca da pureza do estilo, o arquiteto deveria colocar-se no lugar do arquiteto primitivo e projetar como ele, supondo suas escolhas (VIOLLET-LE-DUC, 2007). Esses pensamentos deram origem ao chamado Restauo Estilístico.

Na teoria de Viollet-le-Duc o estudo prévio e aprofundado do monumento é preconizado, onde o arquiteto restaurador deveria conhecer as formas, os estilos e a estrutura do edifício, de modo a trabalhar com dados concretos, jamais com hipóteses. Além de ter um conhecimento completo, o arquiteto deveria sempre prever as consequências imediatas ou futuras de suas intervenções. Para Viollet-le-Duc, só é possível retirar uma parte original do edifício se esta for substituída por materiais de melhor qualidade e através de meios mais eficazes. Dessa forma, o edifício restaurado possui uma fruição mais longa, prolongando a sua vitalidade (VIOLLET-LE-DUC, 2007).

No entanto, apesar de Viollet-le-Duc ser considerado um dos precursores da arquitetura moderna e do estudo do restauro, acabou sendo alvo de críticas e reprovações. Suas ideias e a liberdade com a qual tratava o monumento influenciaram intervenções consideradas invasivas, a exemplo: supressão de partes originais dos monumentos, eliminação de intervenções anteriores e ausência de distinção entre o novo e o antigo, ações estas que ocasionaram em perdas significativas (KUHL, 1998).

No mesmo período, na Inglaterra, o teórico e crítico de arte John Ruskin (1819-1900) é precursor de um movimento antagônico às ideias de Viollet-le-Duc. O estado atual do edifício deveria ser absolutamente respeitado, visando a preservação da matéria original da obra, incluindo também as alterações posteriores como partes da sua história e dignas de serem conservadas (KUHL, 1998). Para Ruskin (2008, p. 55), existiam dois deveres a respeito da arquitetura: “o primeiro, tornar a arquitetura do presente, histórica; e, o segundo, preservar, como a mais preciosa das heranças, aquela de épocas passadas.”

De acordo com Ruskin (2008), a glória de um monumento está na idade que este possui, e é na mancha do tempo que deve ser procurada a verdadeira luz e o valor da arquitetura. As fraturas,

manchas ou vegetações encontradas em uma edificação são as características que assimilam a arquitetura à natureza. Logo, as principais qualidades de um monumento são aquelas causadas pelas marcas do tempo e intervir em uma obra é sinônimo da perda da sua autenticidade e pode ocasionar falsos históricos.

Na teoria de John Ruskin, não cabe aos indivíduos contemporâneos o direito de intervir em edificações de tempos passados, uma vez que estas obras pertencem apenas àqueles que as construíram e às gerações futuras (RUSKIN, 2008). Para Ruskin (2008), a restauração é a maior forma de destruição que um edifício pode sofrer, acompanhada de uma falsa representação da obra destruída, uma vez que é impossível reconstituir o espírito e a vida, que foram dados originalmente pelo autor ao monumento.

Essa tendência ficou conhecida como Restaurom Romântico, onde a postura era passiva e de renúncia em relação à edificação, ainda que essa não atuação tivesse como consequência a perda do monumento (KUHL, 1998). Segundo Ruskin (2008), deve-se cuidar bem dos monumentos, protegê-los da melhor forma possível e a todo custo de qualquer ameaça de dilapidação. Assim, não será necessária a restauração, pois restaurar um monumento é destruí-lo de uma forma mais completa e impiedosa do que o seu completo desaparecimento (RUSKIN, 2008).

No final do século XIX, na Itália, inicia-se um debate mais equilibrado na tentativa de conciliar as teorias opostas de Viollet-le-Duc e John Ruskin. No chamado Restaurom Histórico, executado por Lucas Beltrami (1854-1933), o monumento é considerado como um documento, logo, as intervenções deveriam ser fundamentadas em provas de pesquisas e análises históricas, como arquivos, livros e desenhos. Apesar da crítica à conservação pura, as intervenções que foram realizadas acabaram sendo feitas a partir de interpretações e fontes não fidedignas.

Já o teórico Camillo Boito (1836-1914), defendia que no restaurom arquitetônico deve-se fazer o impossível para conservar o antigo aspecto artístico do monumento e, se a intervenção fosse indispensável, deveria diferenciar-se da obra original, sem alterar o seu equilíbrio (BOITO, 2008). O Restaurom Moderno, como ficaram conhecidas as ideias de Camillo Boito, considerava o monumento como um documento que representava a história da civilização, logo, as modificações e alterações realizadas ao longo do tempo deveriam ser preservadas.

Ainda, de acordo com Boito (2008), ao intervir numa obra, era necessário saber o momento de parar, ou seja, sempre tentar contentar-se com o mínimo possível. Essas intervenções e adições deveriam ser identificadas como obras atuais juntamente com o emprego de materiais diversos.

Dessa forma, é possível perceber a atualidade das ideias de Camillo Boito, uma vez que era necessário atentar-se para intervenções que instituíam um falso histórico, onde é imperceptível a diferença entre o novo e o original.

Rompendo com a lógica das teorias baseadas na historiografia e na sucessão de estilos, o historiador da arte e austríaco Alois Riegl (1858-1905), tem sua concepção baseada na vontade artística (KUHL, 1998). Influenciado pelas crescentes mudanças e ideias liberais em Viena, em meados do século XIX, Riegl apresenta suas teorias na obra “O Culto Moderno dos Monumentos, sua Essência e sua Gênese”, de 1903, onde atua como um observador objetivo e discorre acerca dos juízos de valor do monumento histórico artístico (ALOISE, 2015).

Para Riegl, monumento é tudo aquilo que faz lembrar, adotando um sentido subjetivo para entender a denominação de monumento, isto é, o seu significado e importância provém daquilo que o sujeito moderno os atribui, por meio dos efeitos sensoriais e perceptivos (RIEGL, 2014). Dessa forma, acredita que um monumento pode ser analisado através de diferentes óticas e, assim, define os valores de “rememoração” e “contemporaneidade”.

Os valores de “rememoração” são divididos em valor de “antiguidade”, valor “histórico” e valor de “rememoração intencional”. Para Riegl (2014), o valor de antiguidade está nas marcas do processo de destruição causado pela natureza, isto é, a antiguidade é exprimida através do aspecto envelhecido do monumento. Ainda, o valor de antiguidade pode ser reconhecido facilmente por todos, por meio apenas da percepção sensorial dos indivíduos.

Acerca do valor histórico, este reside na representação de um estágio evolutivo da atividade humana por conta do monumento. No entanto, para identificar o valor histórico de uma obra, é necessário que o espectador tenha domínio da história da arte, com base científica e racional. O monumento é visto como um documento histórico, de modo que o valor histórico será maior, quanto maior for o estado de conservação da integralidade do monumento, quanto mais fiel ele estiver em relação ao seu estado original (RIEGL, 2014).

Em contrapartida, de acordo com Riegl (2014), o valor de rememoração intencional tem o objetivo de eternidade, ou seja, pretende que o monumento permaneça sempre presente e vivo na consciência dos indivíduos futuros e nunca faça parte do passado. Dessa forma, visando a imortalidade do monumento, na tentativa de manter o estado original, toda e qualquer força de degradação da natureza deve ser detida, por intermédio de ações restaurativas.

Nos valores de contemporaneidade temos o valor de “uso” e valor “artístico”, sendo o último subdividido em valor como “novidade” e valor “artístico relativo”. Para Riegl (2014), o valor de uso caracteriza-se com a capacidade que o monumento tem de ser utilizado, ou seja, ser apto para atender as necessidades humanas. Dessa forma, a forma de intervir nesse monumento é indiferente, contanto que a sua função de uso não seja comprometida.

O valor de novidade reside no aspecto novo do monumento, isto é, todos os traços de degradação devem ser eliminados, pois são considerados perturbadores e ofensivos. Dessa forma, é possível retornar ao aspecto original da obra através da reconstrução de formas e cores. Já o valor artístico relativo é aquele que faz com que o monumento antigo satisfaça o querer de arte do homem moderno, o sensibilize através das suas qualidades de concepção, forma e cor (RIEGL, 2014).

Portanto, Riegl, ao discorrer acerca dos distintos valores que um monumento pode possuir, demonstra que existem variadas posturas possíveis de preservação frente à um determinado monumento. A escolha da forma de intervenção é norteada a partir da percepção dos diferentes valores de um monumento, principalmente daqueles que são predominantes no presente momento histórico.

No início do século XX, o arquiteto e engenheiro Gustavo Giovannoni (1873-1947) reelabora a teoria de Camillo Boito, criando o chamado Restauro Científico. Essa teoria, bastante difundida, principalmente no contexto italiano pós 1ª Guerra Mundial, considera o monumento histórico como documento, preconizando os valores históricos e documentais em detrimento dos elementos formais (KUHL, 1998).

O teórico classifica sistematicamente os diferentes casos de restauro, sendo estes: o restauro de consolidação, onde técnicas modernas são empregadas para contribuir para a solidez e resistência da estrutura de um monumento; o restauro de recomposição, com a técnica da anastilose, quando partes faltantes retornam ao monumento; o restauro de liberação, com a retirada de elementos amorfos que alteram o aspecto original da obra; e, por fim, o restauro de complemento e de renovação, quando acréscimos são realizados de modo a reintegrar a obra ou dar uso com novos elementos (KUHL, 1998).

Ainda, Giovannoni faz uma distinção entre monumentos mortos e monumentos vivos. Os monumentos de civilizações precedentes que não exercem mais função, a exemplo dos datados da Antiguidade Clássica e da Idade Média, são considerados como monumentos mortos. Já os monumentos vivos são referentes à um passado próximo, sendo então passíveis e válidos de

utilização. Em suma, de acordo com Giovannoni, o objetivo principal da restauração é o de conservar os monumentos, dando maior importância às obras de manutenção e consolidação (KUHL, 1998).

Segundo Kuhl (1998), para Giovannoni, antes do projeto de restauração, deveria ser feito o estudo histórico e documental do monumento, para classificar de forma metódica os diferentes casos possíveis. Ademais, o acréscimo de elementos deveria ser documentado com datas e siglas, e com materiais distintos do original, de modo a visar um efeito sintético, e não mimético. No mais, o valor documental e histórico deveria sempre estar à frente do valor artístico e estético.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, em um cenário de grande devastação e tentativas de reconstruir e modernizar as cidades, inicia-se um debate que questionava as técnicas do Restauro Científico. O método científico se tornou inviável frente à magnitude dos inúmeros monumentos afetados pelo conflito, uma vez que demandava muito tempo, disponibilidade de materiais e recursos financeiros.

Dessa forma, surge o Restauro Crítico, teoria do historiador e crítico de arte italiano Cesare Brandi (1906-1988), descrita em sua publicação “Teoria del Restauro”, de 1963. Segundo Kuhl (1998), essa teoria defende que o restaurador avalie criticamente cada caso, e somente a partir dessa análise possa definir sua atuação, contrapondo-se assim à uma classificação sistemática pré-estabelecida.

De acordo com Brandi (2004, p. 30), a restauração: “constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro”. Sendo a obra de arte um produto da atividade humana, Brandi define duas especificidades: a instância estética, correspondendo à artisticidade que faz a obra de arte ser uma obra de arte; e a instância histórica, associada à produção humana em um certo período e lugar que se encontra em um determinado período e lugar (BRANDI, 2004).

Para Brandi (2004), qualquer ação relacionada à obra de arte, inclusive uma intervenção restaurativa, depende do reconhecimento da obra de arte como tal, sendo então a própria obra uma condicionante para a restauração. A partir disso, são definidos dois axiomas fundamentais. No primeiro princípio, destaca que só é possível restaurar a matéria da obra de arte, e não sua imagem, uma vez que a conservação está relacionada com a consistência material da obra de arte onde se manifesta a imagem. Ainda, a intervenção deverá ter como prioridade a instância estética, pois a

singularidade da obra de arte diante dos demais produtos humanos depende do seu caráter artístico, e não da sua materialidade ou historicidade.

Entretanto, Brandi (2004) também afirma que a instância histórica não deve ser subestimada, posto que existem: a historicidade do ato da criação, referindo-se ao artista, tempo e lugar; e a historicidade do presente, referindo-se ao tempo e lugar do momento atual. O período entre essas duas historicidades pode ter deixado traços que devem ser conservados. Assim, define o segundo princípio do restauro:

A restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo. (BRANDI, 2004, p. 33)

Em vista disso, a intervenção deve ser facilmente reconhecível, mas sem infringir a unidade. Além disso, a matéria só é insubstituível quando está ligada à figuratividade da imagem, e não no aspecto estrutural, denotando uma certa liberdade na intervenção em quesitos estruturais e de suporte. E, por fim, a intervenção atual deve também facilitar possíveis intervenções futuras (BRANDI, 2004).

No contexto da contemporaneidade, o catalão Antoni González Moreno-Navarro, em 1999, com a obra “La Restauración Objetiva (método SCCM de restauración monumental)”, define o Restauro Objetivo. Para Moreno-Navarro (1999, p. 17), o patrimônio arquitetônico não é somente um objeto com valores históricos e artísticos, mas também possui “caráter de objeto arquitetônico e de elemento significativo e emblemático”. Assim, o conjunto de aspectos essenciais ao monumento é dividido em três facetas que, em toda intervenção, devem ser contempladas, assumidas e respeitadas, sendo: a documental, a arquitetônica e a significativa.

A faceta documental se refere à capacidade do monumento de transmitir, através de análises, informações sobre arte, arquitetura, técnicas construtivas, hábitos sociais e a própria história de uma comunidade. Seguidamente, o valor arquitetônico está na eficiência em que uma obra traduz sua função e beleza espacial e formal, além da possibilidade de admitir novos usos, isto é, a capacidade do edifício de sobreviver a alterações. Já o valor significativo relaciona-se ao caráter subjetivo e emocional, sendo, portanto, ligado ao valor simbólico que um indivíduo ou uma sociedade associa ao monumento (MORENO-NAVARRO, 1999).

De acordo com Moreno-Navarro (1999), o restauro é um processo definido em quatro etapas essenciais, onde primeiramente deve-se conhecer o objeto, compreender a natureza

complexa do monumento, sua identidade histórica, material e cultural e seu entorno. Em seguida, deve-se fazer uma reflexão acerca das análises realizadas, para que seja possível definir objetivos, critérios e propostas de intervenção. A terceira parte corresponde à ação interventiva na materialidade da obra. E, a quarta e última etapa consiste na conservação preventiva do monumento visando a manutenção futura, e na verificação da eficácia das etapas anteriores.

Em alternativa, o espanhol Salvador Muñoz Viñas, no início do século XXI, descreve suas ideias na publicação “Teoría Contemporánea de la Restauración”, em 2004. De acordo com essa teoria, o que caracteriza a conservação e a restauração não é como é feita, e sim para quem se faz. Portanto, as intervenções independem das técnicas empregadas, porém da intenção da sua realização (VIÑAS, 2010).

A restauração está ligada à função e ao significado que um objeto representa para a sociedade, destacando a importância do valor simbólico. Em contraposição à objetividade das teorias clássicas, Viñas (2010, p. 176) caracteriza a restauração como subjetiva ao afirmar que: “a restauração se faz para os usuários dos objetos: aqueles para quem esses objetos significam algo, aqueles para quem esses objetos cumprem uma função essencialmente simbólica ou documental”.

Em suma, a teoria de Brandi, a qual visa o restauro do objeto e sua materialidade, é criticada quando o teórico espanhol defende que o restauro é realizado para a sociedade atual ou futura, e não para o objeto em si. O único estado real e incontestavelmente verdadeiro da obra é seu estado atual, onde reside sua autenticidade (VIÑAS, 2010).

De acordo com Viñas (2010), nem todos os objetos passíveis da prática restaurativa são obras de arte, uma vez que a motivação para a restauração de um bem pode relacionar-se com valores ideológicos, afetivos e religiosos. O critério guia do restaurador é satisfazer os sujeitos com um maior número de sensibilidades. Portanto, a prática restaurativa deve adequar-se às modificações de uma sociedade, de modo que o caráter cultural e funcional que um objeto possui para os indivíduos, pode ou não, ir além dos aspectos históricos e artísticos.

A partir da análise da trajetória do pensamento preservacionista, é possível ter o conhecimento das teorias, assim como das conjecturas nas quais foram desenvolvidas e fundamentadas. Dessa forma, percebe-se que a forma de intervir em um monumento histórico depende de diversos fatores, os quais devem ser levados em consideração e, somente após o estudo, será possível selecionar a melhor abordagem para a sua salvaguarda.

2.1.2. Cartas Patrimoniais

Em contexto paralelo ao desenvolvimento das teorias do restauro, são elaboradas as Cartas Patrimoniais, documentos internacionais com o intuito de estabelecer recomendações e orientações acerca da salvaguarda dos bens patrimoniais. De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), existem atualmente dezenas de Cartas Patrimoniais, porém o presente trabalho discorre apenas da análise das Cartas de Atenas, Carta de Veneza, Carta de Burra, Carta de Curitiba e o Boletim do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)/Brasil 2018.

Em 1931, a Carta de Atenas resulta de uma conferência internacional para abordar a questão da preservação dos monumentos históricos. Durante a conferência, foram apresentados e comparados os princípios fundamentais das legislações e as doutrinas praticadas em vários países. (KUHL, 1998). O documento é dividido em duas partes: a primeira discorre acerca das conclusões gerais, subdividas em sete artigos; e a segunda aborda a deliberação da conferência sobre a anastilose dos monumentos da acrópole.

O primeiro artigo sobre as *Doutrinas e Princípios*, há uma tendência geral de abandono das práticas de reconstituição integral nos diversos Estados, visando adotar uma manutenção regular e permanente, para garantir a conservação do monumento. Somente nos casos onde a restauração seja indispensável, é recomendado respeitar o caráter artístico e histórico da obra, sem proscreever o estilo de outras épocas. Defende-se ainda que se mantenha o uso e a ocupação das edificações, de forma a assegurar a continuidade de sua vida (CARTA DE ATENAS, 1931).

No segundo artigo da *Administração e Legislação*, nota-se que nas legislações de várias nações, as maiores diferenças eram provenientes das dificuldades da conciliação do direito público e o privado. Desta forma, a conferência consagra o direito da coletividade em relação à propriedade privada, de modo que as autoridades públicas tenham o poder de tomar medidas de conservação em casos urgentes. Ainda, as legislações devem ser sempre adaptadas às circunstâncias e características de cada região e à opinião pública, com o objetivo de se ter a menor oposição possível (CARTA DE ATENAS, 1931).

Já o terceiro artigo, abordando a questão da *Valorização dos Monumentos*, afirma que se deve respeitar o caráter e a fisionomia das cidades, principalmente no entorno de monumentos históricos, levando em consideração também a vegetação circundante. O quarto artigo discorre sobre os *Materiais de Restauração*, aprovando a utilização das técnicas modernas, incluindo o

cimento armado, porém sem alterar o caráter do edifício a ser restaurado (CARTA DE ATENAS, 1931).

Acerca da *Deterioração dos Monumentos*, o quinto artigo afirma que dada as condições da vida moderna, os monumentos encontram-se cada vez mais ameaçados pelos agentes atmosféricos. Por conta disso, recomenda a colaboração entre conservadores e arquitetos e representantes de outras áreas das ciências para a obtenção de métodos específicos para cada caso (CARTA DE ATENAS, 1931).

O sexto artigo trata das *Técnicas da Conservação*, recomendando o emprego da anastilose em ruínas quando for possível e a utilização de materiais novos, contanto que sejam reconhecíveis. Para concluir, o último artigo expõe a *Conservação dos Monumentos e a Colaboração Internacional*, evidenciando a necessidade da educação como instrumento para aumentar o interesse e a proteção dos testemunhos da civilização (CARTA DE ATENAS, 1931).

Em 1933, a segunda Carta de Atenas foi elaborada, seguindo os preceitos do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM). A segunda parte da carta trata do estado crítico da cidade naquele momento e aborda a questão do *Patrimônio Histórico da Cidade*. Apesar de afirmar que os edifícios e conjuntos urbanos devem ser salvaguardados pois são testemunhos preciosos do passado, defende que o culto do pitoresco e da história não deve ser priorizado em relação à salubridade da moradia, ligados ao bem-estar e saúde do indivíduo (CARTA DE ATENAS, 1933).

De acordo com Kuhl (1998), visando uma nova arquitetura e urbanismo, os monumentos históricos só seriam conservados quando atendessem as novas posturas de higiene e salubridade dos centros urbanos, logo, parte do tecido urbano e edificações seriam alvo de demolições. Ademais, é reconhecida a responsabilidade e a obrigação da transmissão dos valores arquitetônicos de gerações passadas para o futuro. No entanto, apenas se a permanência desse patrimônio seja de interesse para a cidade, sem prejudicá-la; não sacrifique as populações carentes; e não interfira nas melhorias de um melhor tráfego e circulação (KUHL, 1998).

A Carta de Atenas também recrimina e não tolera o emprego de estilos do passado em construções novas. Esse tipo de prática apenas criaria algo falso, visto que as antigas condições de trabalho não seriam recriadas, de modo que o resultado seriam apenas uma reconstituição fictícia (CARTA DE ATENAS, 1933).

Em 1964, resultando do Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, surge a Carta de Veneza, vista como um ponto de referência teórica para os estudiosos

do restauro. Buscou-se, na carta, elaborar princípios de restauração que traduzissem a evolução das teorias ao longo do tempo. Ainda, estes princípios deveriam ter um caráter internacional, ou seja, válidos para diversos países (KUHL, 1998).

O primeiro artigo estende o conceito de monumento histórico para além de uma criação arquitetônica isolada, mas também um sítio urbano ou rural, que sejam testemunho de uma civilização. O segundo artigo expõe a multidisciplinaridade da conservação e restauração, onde deve haver uma colaboração entre todas as ciências e técnicas para contribuir para a salvaguarda de uma obra. Acerca da *Finalidade*, o terceiro artigo afirma que ao conservar ou restaurar deve-se salvaguardar a obra de arte e o testemunho histórico (CARTA DE VENEZA, 1964).

A respeito da *Conservação*, o quarto e quinto artigo delimitam a importância da manutenção permanente dos monumentos, e que se deve sempre destinar um monumento a uma função útil à sociedade, porém sem alterar sua disposição ou decoração. Já o sexto artigo afirma que toda modificação que possa alterar a relação de volume e cor é proibida. O sétimo artigo defende que o monumento é inseparável do meio em que está localizado, logo o deslocamento do monumento ou parte dele é intolerável, salvo os casos em que essa for a única alternativa para a sua conservação. De mesmo modo, o artigo oitavo afirma que os elementos integrantes de um monumento como esculturas e pinturas, também não devem ser retirados (CARTA DE VENEZA, 1964).

Sobre a *Restauração*, o nono artigo define que esta termina no momento em que a hipótese se inicia, e que toda atividade restaurativa deve mostrar a marca do nosso tempo. O décimo artigo aceita o uso de técnicas modernas, caso as técnicas tradicionais não sejam adequadas. O décimo primeiro artigo determina que a unidade de estilo não é o objetivo final de uma restauração, pois todas as contribuições ao longo do tempo são válidas e devem ser respeitadas. Recomenda, no artigo décimo segundo, que toda substituição de partes faltantes deve integrar de forma harmoniosa a obra, e devem sempre se distinguir do original, de modo a não falsificar o monumento. Ainda, esses acréscimos só serão tolerados se respeitarem o equilíbrio da composição, como é afirmado no artigo décimo terceiro (CARTA DE VENEZA, 1964).

O décimo quarto artigo trata dos *Sítios Monumentais*, afirmando a necessidade de salvaguardar sua integridade, nos quesitos de manutenção e valorização. Sobre as *Escavações*, o artigo décimo quinto delimita a manutenção das ruínas, juntamente com iniciativas que facilitem a compreensão do monumento. Ainda, nega a técnica de reconstrução, salvo os casos de anastilose,

onde os elementos de integração se façam reconhecíveis e mínimos possíveis (CARTA DE VENEZA, 1964).

Por fim, o décimo sexto e último artigo aborda a *Documentação e Publicações*, afirmando que todo trabalho restaurativo deve ser acompanhado da elaboração de uma documentação, com relatórios críticos e fotografias, abrangendo todas as fases e elementos do processo (CARTA DE VENEZA, 1964).

Em 1980, foi elaborada a Carta de Burra, na Austrália, pelo ICOMOS. A carta traz definições dos termos conservação, manutenção, reparação, preservação, restauração, reconstrução, adaptação e uso compatível. Um bem é definido como “um local, uma zona, um edifício ou outra obra construída, ou um conjunto de edificações ou outras obras que possuam uma significação cultural” (CARTA DE BURRA, 1980, p. 1).

Na Carta de Burra, conservação baseia-se no respeito à substância existente no bem e na preservação da sua significação cultural. A conservação considera todo o conjunto de indicadores da significação cultural, sem privilegiar um em detrimento aos demais. Para conservar um bem é necessário que seja mantido o seu entorno visual, no que diz respeito à forma, escala, cores e materiais, sem prejudicar a fruição e apreciação do bem. Ainda, assim como na Carta de Veneza, não é admitido o deslocamento de uma obra, nem a retirada dos elementos pertencentes, salvo os casos em que esse seja o único meio de assegurar a salvaguarda do bem (CARTA DE BURRA, 1980).

Em seguida, determina-se o conceito de preservação, que é manter o estado da substância de uma obra, e desacelerar o processo de degradação da mesma. A preservação consiste na proteção, manutenção e, quando necessário, na estabilização da substância existente, sem a utilização de técnicas que destrua a significação cultural do bem (CARTA DE BURRA, 1980).

A restauração, em definição, é “o restabelecimento da substância de um bem em um estado anterior conhecido” (CARTA DE BURRA, 1980, p. 1). No entanto, a restauração só deve ser conduzida se existirem dados suficientes que testemunhem este estado anterior e a certeza da existência de recursos necessários para tal. Já a reconstrução visa o reestabelecimento da substância de um estado anterior conhecido através da introdução de materiais diferentes. A reconstrução só é aceita quando representar a única forma de sobrevivência do bem, e toda parte reconstruída deve ser distinguida da obra original (CARTA DE BURRA, 1980).

Acerca dos procedimentos, fica definido que o estudo minucioso dos dados disponíveis (materiais ou documentais) deve sempre preceder qualquer tipo de intervenção. Ainda, toda ação conservativa deve ser objeto de uma proposta escrita que contenha justificativas e provas documentais que fundamentem as decisões a serem tomadas. Posteriormente, a intervenção deve ser acompanhada por profissionais habilitados e deve-se elaborar documentos descritivos sobre todo o processo interventivo, e por fim arquivados em órgãos públicos (CARTA DE BURRA, 1980).

No contexto nacional, em 2009, foi elaborada a Declaração de Curitiba, que aborda o *Patrimônio e Ciência*, conclui que a ciência é o meio para alcançar uma conservação qualificada, maior qualidade de vida e desenvolvimento social e econômico, aliando assim a conservação e as questões sociais. Destaca também o uso de materiais e técnicas tradicionais sustentáveis, a fim de criar uma maior integração entre a comunidade o processo de conservação de bem cultural material (DECLARAÇÃO DE CURITIBA, 2009).

A carta aborda também o patrimônio azulejar brasileiro, defendendo que os seus remanescentes, como painéis e revestimentos externos, sejam protegidos e que as instituições de preservação possuam as técnicas necessárias para tal. Incentiva ainda a inclusão de zonas de preservação rigorosa nas legislações municipais, ampliando a proteção desses bens imóveis (DECLARAÇÃO DE CURITIBA, 2009).

Desse modo, a Declaração de Curitiba (2009), tece diversas recomendações ao ICOMOS Brasil, ao IPHAN e ao Ministério da Educação, com medidas práticas referente à difusão de informações, relacionamento entre as universidades e os órgãos patrimoniais, assessoria na elaboração de propostas e execução de obras, articulação entre as esferas públicas de preservação, incentivos à estudos e pesquisas técnicas, desenvolvimento de programas que contribuam para a preservação nas instituições de ensino, entre outros (DECLARAÇÃO DE CURITIBA, 2009).

Por fim, temos o Boletim ICOMOS/Brasil de 2018, com “Recomendações de São Paulo para uma nova agenda de Preservação Patrimonial Brasileira”. O documento é dividido em três partes. A primeira dispõe dos *Princípios*, considerando que a preservação patrimonial vai além da esfera físico-material, e se relaciona com temas como a qualidade de vida e o direito à cidade, sendo uma fonte de riqueza social em variadas dimensões. Ainda, ao reconhecer que a diversidade cultural deve ser compartilhada, afirma que os padrões e métodos definidos somente pelos estratos de maior poder devem ser superados (ICOMOS, 2018).

A segunda parte discorre acerca da *Base conceitual*, apresentando o Patrimônio Cultural como um conjunto de bens materiais e imateriais que possuem significância cultural reconhecida. No que tange a visão sistêmica do patrimônio cultural, fica evidente que o bem cultural deve ser compreendido de forma integrada à realidade social na qual está inserido. Considera-se também que o patrimônio é vivo, ou seja, sua significância se transforma na medida em que é vivido e praticado, sendo, portanto, necessária sua inserção no cotidiano. Ainda, uma vez que os bens culturais são diversos, deve-se adotar uma matriz dinâmica, englobando assim soluções múltiplas para as questões de preservação e conservação, aliada a uma visão crítica (ICOMOS, 2018).

É reforçada também a importância da inclusão de grupos sociais no momento de discussão e elaboração de medidas de proteção de um bem, de modo a assegurar sua acessibilidade, além da “facilitação pública para sua fruição e a superação de barreiras físicas, visuais e sociais” (ICOMOS, 2018, p. 7). Por fim, neste item, é abordada a questão da sustentabilidade, que deve funcionar como um norte nas ações de proteção, e reconhece as paisagens urbanas, sendo expressões da cultura humana através de processos naturais (ICOMOS, 2018).

A terceira e última parte do boletim trata da *Gestão dos bens culturais*, que lista exemplos que podem ser englobados à prática patrimonial: quanto à sustentabilidade, como o uso de mão de obra local; quanto à participação social, com incentivos à educação patrimonial; quanto ao ambiente construído, ressaltando as intervenções arquitetônicas e paisagísticas em centros históricos, com propostas de novos usos em concordância entre o antigo e novo, e o incentivo a utilização de vazios urbanos e edificações sem uso; quanto aos órgãos patrimoniais, com integração das várias esferas do poder público; quanto ao desenvolvimento científico e da gestão, com a manutenção da perspectiva multidisciplinar; e quanto à educação patrimonial, que deve estar presente ao longo do processo “patrimonialização” (ICOMOS, 2018).

2.2. O Eclétismo nas edificações no final do século XIX e início do século XX

Em um contexto de renovação do pensamento filosófico, influenciado pelo advento do Iluminismo, o Eclétismo surge com o intuito de romper com os conceitos de beleza e gosto, que até então eram determinados pelos cânones clássicos. Para o Eclétismo, o belo é algo subjetivo, relacionado ao gosto do artista e do seu próprio tempo, dissociado das regras absolutas do Classicismo (PEDONE, 2003).

Durante o século XIX, em um panorama ditado pela Revolução Industrial e a descoberta de novas técnicas e recursos materiais, a arquitetura adotaria um caráter mais científico e tecnológico. De acordo com Pedone (2003), numa dialética entre arte e progresso, história e ciência, o Ecletismo buscou utilizar os estilos arquitetônicos do século passado como referência para a criação de uma nova arquitetura, que se adequasse às exigências da modernidade.

Foi estabelecida uma linguagem fomentada na variedade de estilos, sem fidelização à uma época histórica em particular. Desse modo, o Ecletismo permitia confrontar as diferentes doutrinas, buscando respostas às questões inovadoras da sociedade atual. Foi utilizada a composição como método de concepção projetual, que se baseava na justaposição e integração de elementos heterogêneos para criar um novo todo unitário (PEDONE, 2003). Ainda, o Ecletismo visava a combinação dos elementos arquitetônicos a fim de compor o edifício por uma relação harmoniosa entre os elementos estruturais, decorativos e funcionais, afirma Pedone (2003).

Apesar de não haver uma única, os arquitetos defendiam o Ecletismo como representante do espírito da época, traduzindo a transição entre historicismo e a arquitetura do futuro (PEDONE, 2003). Um dos exemplos máximos do período do Ecletismo é a Ópera Nacional de Paris (1861-1875), do arquiteto Charles Garnier, empreendida durante a reforma urbana de Georges-Eugène Haussmann na cidade, e representa o estilo da *École des BeauxArts*, a mais importante escola de arquitetura do século XIX (figura 2).

Figura 2: Vista frontal da Ópera Nacional de Paris (1861-1875).



Fonte: www2.culture.gouv.fr

No âmbito brasileiro, segundo Fabris (1993), o objetivo era a reprodução, em território nacional, dos modelos admirados na Europa, de modo a romper com os vestígios coloniais que ainda resistiam no fim do século XIX. Esse movimento de importação cultural aconteceu pela vontade de alcançar o *status* que a modernidade trazia consigo. A elite com suas construções monumentais, e até as camadas menos abastadas com edificações estruturalmente simples, porém com o uso de ornamentos e decorações, sintetizavam a aspiração pelo prestígio e ascensão social da época (FABRIS, 1993).

As tipologias eram definidas de acordo com a destinação da edificação, afirma Fabris (1993). Os edifícios representativos e institucionais seguiriam o modelo neoclássico; os chalés e quiosques, o modelo pitoresco; as igrejas, as variações neogóticas e neo-românicas; e os modelos eruditos e menos rigorosos para as demais construções (FABRIS, 1993). Em suma, a arquitetura desse século correspondia à tentativa do aperfeiçoamento técnico do edifício, com a incorporação dos novos benefícios da sociedade industrial (REIS FILHO, 1970).

Na região norte do país, especificamente em Belém, na segunda metade do século XIX, vivia-se uma grande expansão econômica decorrente do comércio da borracha. De acordo com Sarges (2000), o *boom* da economia gomífera resultou em mudanças na estrutura político-social, modificando os padrões e costumes da sociedade da época. Dependente financeiramente da Inglaterra e com laços culturais intensos com a França, a Belém da *Belle Époque* almejava uma feição urbana semelhante às capitais europeias (SARGES, 2000). Assim, a arquitetura eclética iria representar a construção da identidade social dos segmentos ligados à economia da borracha (DERENJI, 1998).

A partir de 1896, surgem as primeiras fachadas decoradas à gosto eclético, com figuras e festões, afirma Derenji (1998). Durante esse período, os prédios comerciais permaneciam com a tipologia dos sobrados azulejados, porém surgem os novos e amplos magazines de influência europeia, como o Paris n'América (figura 3). Os bancos adotavam elementos do neoclássico, com frontões decorados e colunas com capitéis fantasia do estilo eclético. Os demais edifícios comerciais adotavam o uso sobrecarregado e progressivo de ornamentações (DERENJI, 1998).

Figura 3 : Loja Paris n'América (1906-1909), situada na R. Santo Antônio, nº 42.



Fonte: BASSALO, 2008.

No caso de edificações institucionais, educacionais e de saúde, pode-se destacar obras desse período como o Hospital Real da Sociedade Beneficente Portuguesa e o Colégio Lauro Sodré (figura 4). Todavia, segundo Derenji (1998), foram nas construções residenciais onde a liberdade de escolha e a mescla de estilos foi mais recorrente. A nova elite experimentava os prazeres da *Belle Époque*, construindo residências inspiradas no *Art Nouveau*, com “azulejos de Portugal, colunas de mármore Carrara e móveis de ebanistas franceses” (SARGES, 2000, p. 54), a exemplo. A burguesia gomífera residia em palacetes na capital, como o Palacete Bibi Costa (figura 5) e Palacete Faciola. É válido ressaltar que até mesmo as edificações menos abastadas, tiveram suas fachadas eclétizadas.

Figura 4: Colégio Lauro Sodré (1893), atual sede do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, situado na Av. Almirante Barroso, nº 3098.



Fonte: www.tjpa.jus.br

Figura 5: Palacete Bibi Costa (1905), situado na Av. Governador José Malcher, nº 1044, 2018.



Nesse contexto, inicia-se então um processo de reurbanização de Belém, amparado pela situação econômica, de modo a adequar a cidade às transformações capitalistas; aos problemas demográficos, visto a atividade imigratória da população nordestina para trabalhar nos seringais; e aos valores estéticos de uma nova classe social em ascensão (SARGES, 2000). Com administração de Antônio Lemos, intendente da cidade entre os anos de 1897 e 1912, foram realizadas diversas modificações no espaço urbano, como pavimentação de ruas, transformações no aspecto dos logradouros e construções de praças, jardins, instalações de rede de esgoto e usinas de incineração de lixo (SARGES, 2000).

De acordo com Sarges (2000), durante a atividade de higienizar e remodelar a cidade, foram criadas também Leis Municipais e o Código de Posturas, que regulamentavam as modificações e proibiam a construção de novas edificações sem prévia aprovação. Nessa política de controle dos edifícios, as disposições mais importantes eram: respeitar o alinhamento externo, disposição nos lotes, proibição de sacadas a menos de 5 metros do piso, imposição de platibandas e porões, definição do dimensionamento mínimo para os ambientes, obrigatoriedade de iluminação direta e ventilação, regularização de alturas e estabelecimento dos tipos de materiais a serem utilizados (DERENJI, 1998).

Segundo Derenji (1998), essas tipologias construtivas trouxeram consigo a utilização de novos materiais, como azulejos, papéis de parede, ornamentos, materiais para acabamento e decoração, pedras e telhas planas. Todos esses materiais eram importados, facilmente comprados através de catálogos, demonstrando o domínio da região pelo capital internacional e como a importação se estendia a todos os níveis do processo construtivo. Ainda, o ferro foi um dos materiais adotados pelo seu caráter adaptável de fácil transporte e montagem (DERENJI, 1998).

Em suma, as edificações modificaram-se em sua volumetria, disposição no terreno, com fachadas com várias superfícies e excessivas ornamentações. Essas modificações denotam o processo de ecletização de toda a fisionomia urbana da cidade de Belém, de acordo com Derenji (1998), seguindo os preceitos da modernidade da época.

2.3. As fachadas azulejadas em Belém

A partir do século XVI, se deu início a utilização do azulejo como técnica de revestimento, predominantemente em ambientes internos. Apesar de existirem aplicações externas, a exemplo de fachadas voltadas para jardins de palácios, é somente em meados do século XIX, com o enriquecimento da burguesia e início da industrialização em Portugal, que o azulejo passa a ser aplicado nas fachadas principais das edificações (ALCÂNTARA; BRITO; SANJAD, 2016).

De acordo com Alcântara, Brito e Sanjad (2016), devido a configuração dos lotes urbanos em Portugal na época, somente a fachada principal e a posterior, comumente voltada para a área de serviço da edificação, estavam livres, o que motivou o uso do azulejo na fachada principal. O revestimento azulejar foi bastante utilizado nas fachadas de edificações com tipologia de sobrado, de uso misto (comercial e residencial), trazendo cor às ruas das cidades.

No âmbito brasileiro, o recobrimento das fachadas das edificações com azulejos veio com o intuito de trazer brilho e elegância aos centros urbanos e, além do valor estético, o caráter antitérmico do revestimento cerâmico se adaptou às necessidades locais. O Brasil importou peças de Portugal, Holanda, França, Espanha e Alemanha, principalmente para as regiões Norte e Nordeste, destacando-se os centros de São Luís e Belém (ALCÂNTARA; BRITO; SANJAD, 2016).

A cidade de Belém possui um vasto acervo azulejar, considerado como um dos mais representativos por possuir uma grande variedade de padrões (SANJAD *et al.*, 2014). São diversos tipos, estilos e motivos decorativos, que representam a evolução da produção de azulejos europeus,

desde o século XVII, e os diferentes períodos arquitetônicos. A utilização dos azulejos, principalmente para revestir as fachadas das edificações, se intensificou no período áureo da *Belle Époque*, na virada do século XVIII para o século XIX, seguindo o processo de embelezamento e higienização da metrópole (figura 6).

Figura 6: Solar do Brão do Guajará, atual sede do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, situado R. Tomásia Perdigão, nº 64, um dos primeiros exemplares com fachadas azulejadas, 2019.



O enriquecimento da cidade, aliado à forte influência ao modo de vida europeu, deram início ao processo de modernização, e conseqüente modificação da aparência das edificações. A utilização de azulejos em fachadas era conveniente pelo seu caráter estético, pela sua adaptação ao clima regional, diminuindo a temperatura interna das edificações e por ser um material de fácil limpeza (figura 7). As técnicas de fabricação de azulejo utilizadas nesse período foram as de alto e baixo relevo, estampilha e decalcomania, sendo as duas últimas as mais representativas nas fachadas em Belém (SANJAD, 2007).

Figura 7: Edificação com fachada azulejada, situada na esquina da Tv. Félix Roque e R. Tomásia Perdigão.



Com a crise da economia gomífera e o declínio das importações, há a diminuição da aplicação do azulejo em fachada. Em face da necessidade de adaptação à nova realidade, as fachadas foram modificadas, com alargamento dos vãos, e houve até mesmo a demolição de edificações para a construção de estacionamentos (SANJAD, 2007). Todavia, no início do século XX, com as tendências nacionalistas do estilo Neocolonial, e posteriormente com o Modernismo, o azulejo passa a ser utilizado com uma nova abordagem, retomando a importância como um elemento da arquitetura do período (WANDERLEY, 2006).

Neste cenário, com influências de Le Corbusier e Oscar Niemeyer, visando a síntese das artes plásticas com a arquitetura, o azulejo volta a ser incorporado à arquitetura brasileira, seja em sua forma fragmentada ou decorada, além do estímulo à fabricação azulejar nacional. De acordo com Wanderley (2006), o uso do azulejo em fachadas se deu como um meio de utilizar a tradição colonial, porém se adaptando às novas necessidades do modernismo, de forma inovadora.

Em Belém, os azulejos com motivos regionalistas são elementos representantes da arquitetura moderna da região. Esses azulejos foram utilizados no revestimento de fachadas de novas edificações (figura 8), a exemplo de composições em mosaicos ou com painéis “raio-que-o-partá” de azulejos fragmentados (figura 9). Contudo, também é possível encontrar azulejos de caráter modernista e industriais em edificações mais antigas, do fim século XIX e início do século XX (figura 10).

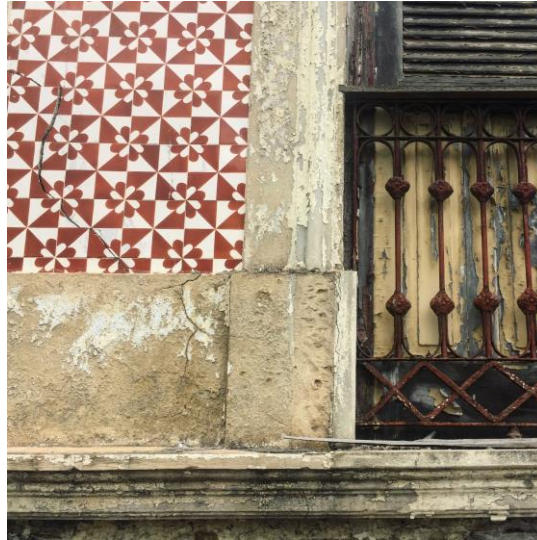
Figura 8: Edificações modernas com fachada azulejada, no CHB, 2018.



Figura 9: Edificações com fachadas azulejadas do século XX, no CHB, à esquerda detalhe do “raio-que-o-parta” na platibanda, 2018.



Figura 10: Detalhe de azulejo moderno em edificação mais antiga, no CHB, 2018.



2.4. Intervenções projetuais e processos restaurativos em contextos históricos em pós-sinistros

Ao longo do tempo, o patrimônio histórico edificado é alvo constante de eventos sinistros que resultam na deterioração do bem ou até mesmo sua total destruição. São os casos de bombardeios gerados por guerras e conflitos, incêndios e catástrofes naturais, como terremotos. Pretende-se observar exemplos de edificações históricas que passaram por intervenções projetuais e processos restaurativos após algum tipo de sinistro.

O primeiro caso a ser analisado é a Casa de Brás de Albuquerque, mais conhecida como Casa dos Bicos, em Lisboa, Portugal. A edificação datada de 1523 é um exemplar da arquitetura renascentista lisboeta, que ostentava uma fachada revestida por uma malha de “pontas de diamantes”, com janelas geminadas e distribuição assimétrica de vãos, com configuração original de quatro pisos: loja, sobreloja e dois pavimentos superiores destinados à habitação. Em consequência do grande terremoto ocorrido em 1755, seguido de um incêndio, o edifício foi bastante danificado, pouco restou dos ambientes internos e os dois últimos pavimentos ruíram (figura 11).

Figura 11: Casa dos Bicos antes da intervenção, 1955-1970.



Fonte: www.museudelisboa.pt

A casa foi alvo de descaso e abandono até 1981, quando foi restaurada pelo projeto de autoria dos arquitetos Manuel Vicente e Daniel Santa-Rita. A volumetria foi restituída tendo como base os documentos sobre a estrutura original da edificação, com a reconstrução dos dois últimos pavimentos (figura 12). Na fachada, a textura foi reproduzida de acordo com a original e foram abertos vãos de linguagem contemporânea inspirados na decoração manuelina, com molduras de aço (figura 13).

Figura 12: Casa dos Bicos após restauro, 2018.



Fonte: www.museudelisboa.pt

Figura 13: Detalhe das novas janelas, na parte superior.



Fonte: www.patrimoniocultural.gov.pt

O interior da casa foi descaracterizado de modo a atender às necessidades do novo uso - museu. Hoje, a Casa dos Bicos é sede da Fundação José Saramago, com um núcleo arqueológico no pavimento térreo (figura 14).

Figura 14: Casa dos Bicos e edificações de entorno.



Fonte: toponimialisboa.wordpress.com

Ainda no cenário português, temos o caso do Convento do Carmo, situado no topo do Monte do Carmo, em Lisboa. Fundado em 1389, o convento começa a ser habitado em 1423, quando a parte residencial é finalizada. Em 1755, o complexo também é alvo do terremoto que assolou a cidade, destruindo a biblioteca e deixando a igreja em ruínas.

Entre os anos de 1864 e 1896, o arquiteto Possidónio da Silva foi responsável pela intervenção na igreja, que visava transformar o edifício em uma ruína “musealizada” e romântica

(PEREIRA, 2016). Foi realizada uma reconstrução não integral, somente com a reconstituição e realce de colunas, arcos e janelas, no intuito de permitir e valorizar a leitura da edificação como templo gótico, além do desaterro e posterior pavimentação do interior das ruínas para facilitar a circulação.

Houve ainda tentativas de executar o projeto que previa uma cobertura de vidro com estrutura de ferro de modo a proteger as ruínas frente às intemperes, contudo, nunca foi executado. De acordo com Pereira (2016) havia uma discussão entre dois polos: os adeptos do restauro e uso de novas técnicas e materiais, buscando conciliar o valor museológico e o valor de uso, e, em contramão, havia aqueles que defendiam a concepção romântica da ruína, que não deveria ser restaurada.

A igreja passou a ser ocupada pelo Museu Arqueológico que, ao longo do tempo, entrou em decadência, funcionando apenas como um depósito de materiais. Em 1996, as obras de infraestrutura para implantação do metrô nas proximidades da edificação afetaram a fundação e a estabilidade. Dessa forma, foi realizada uma intervenção pelo arquiteto Victor Mestre, com o objetivo primordial de estabilizar a estrutura, consolidando fundações, arcos e abóbodas, além da criação de sistemas de drenagem das águas pluviais, limpeza e redimensionamento da cobertura vegetal (figuras 15 e 16).

Figura 15: Vista aérea do Convento do Carmo, 1996.



Fonte: www.monumentos.gov.pt

Figura 16: Nave principal do Convento do Carmo, 1999.



Fonte: www.monumentos.gov.pt

Em 1988, novamente um incêndio se alastrou pela região do bairro do Chiado gerando destruição. Em consequência, foi necessária a elaboração de um plano de recuperação para a área, comandada pelo arquiteto Álvaro Siza Vieira. Dentre as intervenções que vieram sendo realizadas a partir deste plano, inclui-se o projeto dos Terraços do Carmo (figura 17), caracterizado por uma reorganização dos percursos pedonais e criação de um espaço público de lazer, facilitando o acesso ao complexo das ruínas do Carmo, assim como a valorização deste patrimônio e sua articulação com o entorno.

Figura 17: Entorno do Convento do Carmo, com os terraços.



Fonte: www.archdaily.com.br

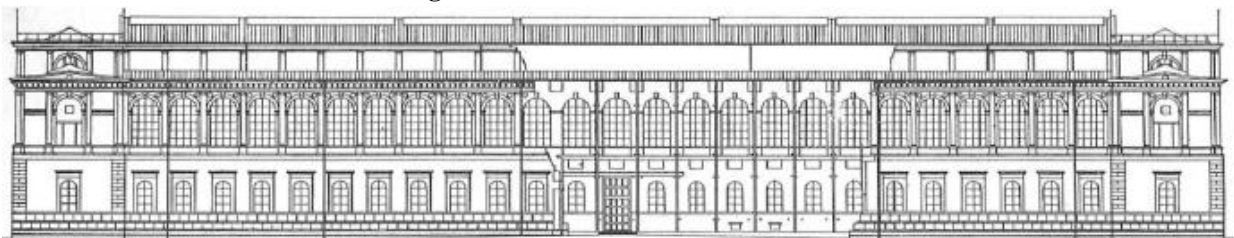
Atualmente, a igreja permanece sendo núcleo da Associação dos Arqueólogos Portugueses e abriga o Museu Arqueológico do Carmo (MAC) (figura 18).

Figura 18: Interior das ruínas do Carmo, 2016.



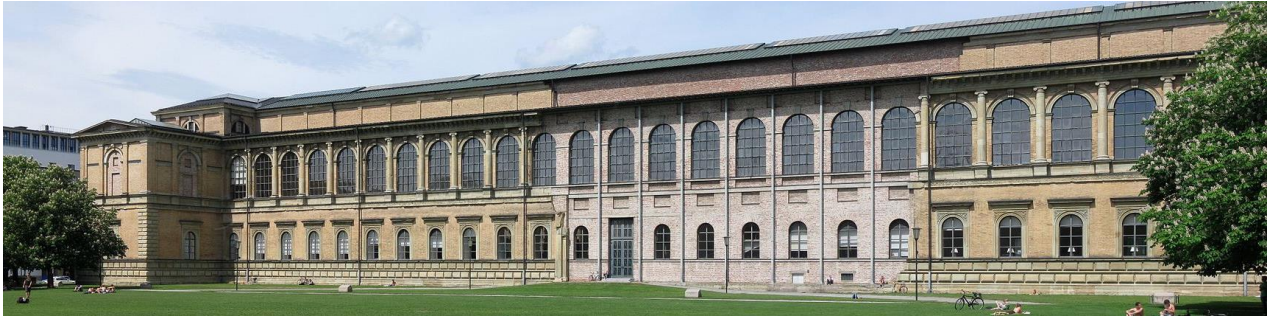
Outro exemplo é o museu Alte Pinakothek, construído em 1826, em Munique, Alemanha. A edificação neoclássica foi alvo de bombardeios durante a Segunda Guerra Mundial, que destruiu trechos da fachada. Na década de 1950, o arquiteto Hans Döllgast foi o responsável pela intervenção que recompôs a fachada, seguindo a lógica formal que existia nas partes remanescentes (figura 19 e 20).

Figura 19: Fachada da Alte Pinakothek.



Fonte: GRACIA, 1992.

Figura 20: Alte Pinakothek após intervenção.



Fonte: en.wikipedia.org

No entanto, é possível diferenciar a edificação original da intervenção, uma vez que a nova parcela da fachada tem linguagem simplificada em relação à original (figura 21). Foram utilizados apenas os elementos essenciais para a integração harmoniosa entre o antigo e o novo, sem ocultar ou transpor a silhueta da mutilação bélica (GRACIA¹, 1992 *apud* ANDRADE JUNIOR, 2006).

Figura 21: Destaque para a relação entre o antigo e novo.



Fonte: www.prewettbizley.com

2.5. Hostel em contextos históricos

O processo de reestruturação de edificações históricas é de grande importância para a resignificação do espaço urbano, visto que edifícios que outrora desempenhavam papéis importantes para o desenvolvimento das cidades, concentrando atividades industriais e comerciais

¹ GRACIA, Francisco de. Construir en lo Construído. Guipuzcoa, Espanha: NEREA, 1992.

passaram a ser subutilizados no novo contexto econômico e tecnológico. Uma alternativa para solucionar esse problema é a implantação de empreendimentos como hotéis e hostels.

Na cidade do Rio de Janeiro, um antigo casarão do século XIX transformou-se no Hostel Villa 25, em 2016. Mesmo tombado pelo IPHAN, a edificação encontrava-se abandonada e em péssimas condições de conservação (figura 22) até 2013, quando se iniciou a intervenção restaurativa. O projeto é de autoria dos arquitetos Rodrigo Calvino e Diego Portas do escritório C+P Arquitetura e ficou em segundo lugar no Prêmio de Arquitetura Instituto Tomie Ohtake Akzonobel, em 2018 (CAU BR, 2018).

Figura 22: Situação de abandono que a edificação se encontrava em 2013.



Fonte: Acervo C+P Arquitetura.

Visando aumentar a capacidade do hostel, construiu-se um anexo aos fundos do casarão, desse modo, na edificação antiga se concentraram os quartos coletivos, devido ao pé direito alto e no anexo estão os quartos privativos. O edifício contemporâneo foi projetado para coexistir harmonicamente com o casarão de estilo arquitetônico eclético (figura 23), porém evidenciando a diferenciação do período de construção de cada edificação (PORTAL VITRUVIUS, 2018).

Figura 23: Anexo contemporâneo e casarão do século XIX.



Fonte: <https://t.vitruvius.com.br/>

A implantação do hostel auxiliou para a requalificação da área e valorização do patrimônio histórico, funcionando como espaço de estar e convívio da população já que além da hospedagem, o hostel também oferece passeios histórico e culturais e sistema *day use*, além de contar com um bar e restaurante (figura 24) (PORTAL VITRUVIUS, 2018).

Figura 24: Bar/restaurante do Hostel Villa 25.



Fonte: https://t.vitruvius.com.br

Em Porto Alegre, na área denominada de 4º Distrito concentravam-se fábricas e residências de operários até a década de 1970, quando ocorreu a decadência e esvaziamento da área. Visando recuperar a dinâmica do espaço implantou-se, em 2011, em um conjunto de três residências que antes abrigavam atividades comerciais o POA Boutique Hostel (figura 25) na Rua São Carlos (JESUS, 2016).

Figura 25: Edificações antes e depois da intervenção, respectivamente.



Fonte: JESUS, 2016

As residências foram adquiridas pela iniciativa privada a um preço baixo, devido à degradação da área, em seguida tiveram seu interior reformado e a fachada original mantida em decorrência do seu valor histórico e do respeito volumétrico das edificações do entorno imediato, visto que, segundo o Plano Diretor Municipal de Porto Alegre, as residências estão inseridas em uma Área Especial de Interesse Cultural (JESUS, 2016).

A implantação do hostel auxiliou para a requalificação da área e valorização do patrimônio histórico, funcionando como espaço de estar e convívio da população já que além da hospedagem, o hostel também funciona como cafeteria (figura 26) e oferece passeios guiados pelo centro histórico de Porto Alegre (JESUS, 2016).

Figura 26: A) Modelo de quarto; B) Cafeteria do POA Boutique Hostel.



Fonte: www.hostel.tur.br

Fora do Brasil, a prática de transformar casarões antigos em hostels é comum. Em Londres, na Inglaterra, uma antiga casa Georgiana do século XVIII tornou-se, em 2011, o Safestay Hostel (figura 27) projetado pelos arquitetos Andrew Wakling e Victoria Melles-Sawyers. Os tetos, as lareiras, as salas de recepção e biblioteca foram preservados, enquanto os quartos foram reformados e adaptados as necessidades do hostel. A interação social ocorre nas áreas públicas no piso térreo, incluindo um jardim externo e um bar aberto ao público em geral (GOMES, 2014).

Figura 27: Fachada do Safestay Hostel, em Londres.



Fonte: <https://www.safestay.com>

3. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A metodologia adotada na pesquisa foi dividida em quatro etapas: referencial teórico; análise e interpretação do objeto; diagnóstico; e elaboração do projeto.

A primeira etapa que corresponde ao referencial teórico teve início com a revisão bibliográfica, sendo esta: 1) A trajetória do Pensamento Preservacionista, com as teorias do restauro e cartas patrimoniais; 2) O Eclétismo nas edificações do final do século XIX e início do XX, no que diz respeito às características e a experiência na Amazônia; 3) As fachadas azulejadas em Belém; 4) Intervenções projetuais e processos restaurativos em contextos históricos pós-sinistros; e 5) Hostel em contextos históricos.

A segunda etapa trata da análise e interpretação do objeto, focando no estudo da edificação e seu entorno urbanístico a partir de sua trajetória histórica até os dias atuais, tendo por base a consulta de documentos e iconografia histórica. Busca-se descrever as características do estilo e tipologia do objeto, assim como identificar mudanças temporais e sua cronologia. Neste item cabe ainda a análise da legislação incidente na área de estudo como importante subsídio projetual, assim como uma breve passagem por projetos desenvolvidos para o espaço em foco anteriormente.

A terceira etapa corresponde ao diagnóstico, onde serão realizados o levantamento fotográfico e levantamento físico cadastral de modo a identificar a situação dos remanescentes da edificação. Para isso, serão feitas medições com trena convencional e o uso de imagens em alta resolução, com o devido tratamento no *software* Adobe Photoshop, como montagem e retificação. Em posse desse levantamento, os dados coletados serão comparados com os materiais gráficos da edificação antes do sinistro, para que assim sejam elaborados desenhos, no *software* AutoCAD, referentes ao seu estado atual.

Então será feita a descrição dos materiais que compõem a edificação, resultando em fichas cadastrais (figura 28) que sintetizem diagnóstico do atual estado de conservação dos remanescentes das fachadas do prédio.

A quarta etapa corresponde à elaboração do projeto embasada nas etapas precedentes incluindo programa de necessidades, memoriais justificativos e descritivos da intervenção proposta, concepção projetual e apresentação de material gráfico técnico do projeto de arquitetura.

Figura 28: Modelo de ficha para elaboração do mapeamento de danos.

		TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO PROJETO DE RESTAURO DA CASA CARVALHAES																	
DIAGNÓSTICO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO																			
Fachada:			Ficha nº																
DESENHO DO MAPEAMENTO DE DANOS DA FACHADA																			
Diagnóstico:			Legenda: <table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td> Destacamento</td> <td> Fissura</td> </tr> <tr> <td> Vegetação</td> <td> Trinca</td> </tr> <tr> <td> Biocolonização</td> <td> Fratura</td> </tr> <tr> <td> Desintegração</td> <td> Vedação</td> </tr> <tr> <td> Perda de material</td> <td> Umidade</td> </tr> <tr> <td> Lacuna</td> <td> Descoloração</td> </tr> <tr> <td> Perfuração</td> <td> Sujidade</td> </tr> </table>			Destacamento	Fissura	Vegetação	Trinca	Biocolonização	Fratura	Desintegração	Vedação	Perda de material	Umidade	Lacuna	Descoloração	Perfuração	Sujidade
Destacamento	Fissura																		
Vegetação	Trinca																		
Biocolonização	Fratura																		
Desintegração	Vedação																		
Perda de material	Umidade																		
Lacuna	Descoloração																		
Perfuração	Sujidade																		
Foto nº	Autor:	Data:	Foto nº	Autor:	Data:														
FOTO DO DANO ENCONTRADO			FOTO DO DANO ENCONTRADO																
Descrição:			Descrição:																
Localização da foto:			Localização da foto:																
Aluna: Saskya Rodrigues Brandão																			
Orientadora: Roseane da Conceição Costa Norat																			

4. ANÁLISE DO OBJETO DE ESTUDO

4.1. Evolução urbanística do CHB e o contexto do objeto

A história de Belém e o seu processo evolutivo teve princípio em 12 de janeiro de 1616, quando foi estabelecida uma fortificação militar, o Forte do Presépio, com intuito de proteger a região contra invasores estrangeiros. A partir de então, os primeiros caminhos começaram a ser abertos, que posteriormente formariam as primeiras ruas da cidade, iniciando a formação do primeiro conglomerado urbano (SARGES, 2000).

Surge a primeira rua de Belém, chamada de Rua do Norte, atual Siqueira Mendes, que seguia paralela ao rio no sentido norte/sul. Após, surgiriam outras ruas paralelas à inicial, como a rua de São João, hoje denominada de Tomázia Perdigão, que terminava na Igreja de São João. Posteriormente, surgiriam também as transversais, tal qual a travessa do Atalaia, hoje Joaquim Távora e a travessa da Residência, que hoje se chama Félix Roque. Em seguida foram abertas outras ruas que delimitaram assim o quadro urbano do que hoje se caracteriza como o bairro da Cidade Velha (SARGES, 2000).

A partir de então, o processo de expansão da cidade se dava lentamente através da doação de terras às ordens religiosas e colonos portugueses. A parte sul da cidade, hoje bairro da Campina, foi então ocupada pelas ordens dos Capuchos e de Santo Antônio. Só a partir da metade do século XVII é que a expansão ocorre mais rapidamente, com a vinda de colonos para o desenvolvimento agrícola. Nesse contexto, com o crescimento populacional, foram abertas novas ruas, expandido a urbe para além do litoral (SARGES, 2000).

No fim do século XVII, já era possível definir dois núcleos, separados pelo Igarapé Pirí: o primeiro denominado “cidade”, que se formava junto ao Forte do Presépio, atualmente denominado de bairro da Cidade Velha; e o segundo, “campina”, em torno da rua dos Mercadores, hoje Conselheiro João Alfredo, que atualmente é caracterizado como bairro da Campina (SARGES, 2000, NORAT, 2007). Hoje, esses dois bairros constituem o centro histórico de Belém (figura 29).

espaço urbano se encontrava consolidado, com ruas tracejadas e casas assobradadas, que chegavam até o Largo da Pólvora, hoje Praça da República (NORAT, 2007).

Durante o século XIX, as obras de remodelação e melhoria urbana continuaram, principalmente devido ao sucesso da economia da borracha, entre os anos de 1840 e 1920. A área urbana começa a se modificar, com o calçamento em paralelepípedos portugueses, construções importantes como a Biblioteca Pública e o Theatro da Paz, criação da linha de bondes e instalações de bancos (SARGES, 2000).

Com as obras de aterramento dos igarapés que cortavam a cidade e o desmatamento, a cidade se expandia, garantindo a ocupação das áreas alagadas. Em 1886, foram concluídas as obras do cais e da nova rampa do Ver-o-Peso (BELÉM², 1999 *apud* NORAT, 2007). Segundo Norat (2007) as ruas próximas ao porto se configuravam de forma diferente de acordo com organização comercial, a exemplo das ruas João Alfredo e Santo Antônio, onde tinham principalmente lojas, livrarias e grandes magazines, concentrando o comércio e varejo.

No contexto do *boom* da economia gomífera, houve a ampliação na atividade comercial de Belém, visto que era o principal escoador da produção. Dessa forma, a cidade ganha prestígio e se tornava o centro da vida social e cultural da Amazônia (NORAT, 2007). Segundo Sarges (2000), as áreas próximas à Cidade Velha vão se transformando no centro do comércio e, por consequência, as famílias que ali residiam passam a se consolidar em áreas mais afastadas e com mais espaço para a construção das “rocinhas”, criando então os novos bairros de Batista Campos, Nazaré, Umarizal e Marco.

Seguindo as exigências da elite e do contexto econômico, a cidade de Belém passa por uma modernização e higienização, baseada no conceito da “cidade-jardim” e da nova Paris haussmaniana, onde os espaços amplos, com presença de áreas verdes e elementos da natureza eram valorizados. Foi durante a gestão de Antônio Lemos (1897-1912) que são abertos os grandes *boulevards*, construção de bosques e jardins, arborização e nivelamento das ruas, além de obras de infraestrutura e equipamentos urbanos (NORAT, 2007).

É nesse cenário em que as elites, a fim de se encaixar nos moldes europeus, acabam importando os padrões culturais da Europa, que se expressaram tanto na arquitetura quanto nas artes plásticas, música e moda (NORAT, 2007). Assim como o Palacete Bolonha, Palacete Pinho

² BELÉM, Prefeitura Municipal. Fundação Cultural do Município de Belém. Inventário sócio-cultural do complexo do Ver-o-Peso: Dossiê do Ver-o-Peso. Belém, 1999.

e a loja Paris n' América, a Casa Carvalhaes também era um exemplar arquitetônico que expressava os anseios da elite da cidade de Belém. Durante os anos de 1891 e 1914, com a queda do preço e declínio da borracha, a economia amazônica se estagna e a cidade de Belém sofre com o empobrecimento e a redução do contingente populacional até 1940 (NORAT, 2007).

No que diz respeito ao bairro da Campina, durante as décadas de 1960 e 1970, a área passa por um processo de destruição do patrimônio arquitetônico do período colonial e eclético, devido a especulação imobiliária. A intensa verticalização acaba por acelerar a degradação e o abandono da maioria dessas edificações históricas.

4.2. A Casa Carvalhaes

Em 1852 foi criada a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, abrindo o rio Amazonas ao comércio internacional. As navegações à vapor levavam às cidades de Manaus e Belém os últimos lançamentos europeus, cobiçados pelos comerciantes (BASSALO, 2008). De acordo com Bassalo (2008), antes mesmo do auge da *Belle Époque*, em 1854, já se registrava na cidade de Belém a presença de lojas como a *Ville du Havre* e a Empresa das Damas Reunidas, que comercializavam produtos importados para satisfazer o gosto da elite local.

Nesse contexto, em 1860, é fundada a Casa Carvalhaes (figura 30), de propriedade de Pinto da Costa & Cia., que se caracterizava como um ícone comercial do gênero alimentício, situada na Rua Santo Antônio, esquina com a Trav. Leão XIII, no bairro da Campina. A loja importava artigos variados, incluindo vinhos, frutas, chás e chocolates advindos de Portugal, França, Inglaterra e da América do Norte, considerados de primeira qualidade, como é possível observar no anúncio da loja (figura 31). De acordo com Moura (1915), os produtos importados eram armazenados em frigoríficos, e podiam ser distribuídos através do serviço de entrega em domicílio, demonstrando o caráter moderno dos produtos e serviços que a loja oferecia na época.

Figura 30: Casa Carvalhaes em funcionamento, vista da esquina da R. Santo Antônio e Trav. Leão XII.



Fonte: <https://fauufpa.files.wordpress.com/2015/07/cc-21.jpg>

Figura 31: Anúncio da loja Casa Carvalhaes.

Casa Carvalhaes
(Fundada em 1860)
Pinto da Costa & C.^{ia}
Belém — (Pará)
Códigos usados: "RIBEIRO" e a "TWO-IN-ONE"
(Condensador)
End. Telegraphico "CARVALHAES"
TELEPHONE N. 438

N'este importante estabelecimento encontra-se sempre :

Variadíssimo sortimento de generos alimenticios de 1.^a qualidade.

Conservas Portuguezas, Francezas, Inglezas, Americanas, nacionaes, etc., dos melhores preparadores. Champagnes de todas as qualidades, vinhos finos do Porto, Bordeaux, Collares e da Beira.

Bonbons de chocolate, amendoas confeitadas, caramellos de fructas e lindas caixinhas de phantasia para presente.

Doces e compôtas de fructas do Pará, preparadas especialmente para esta casa.

O melhor CHÁ e CAFÉ MOIDO vende-se n'esta casa. Deposito do especial azeite da Beira (Portugal).

Recebe por todos os vapores da Europa e America: fructas, queijos, legumes, etc., que conservam em Camara Frigorifica de sua propriedade.

Possue Automovel para entregas rapidas aos domicilios

VENDAS POR JUNTO E À RETALHO
Em preços, não teme competencia

Fonte: Livro de Ouro comemorativo do Centenário da Independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro, 1923.

Eram comuns também os anúncios durante épocas festivas, como natal e o Círio de N. Sra. de Nazaré, informando os consumidores da oferta de produtos (MACÊDO, 2016). Segundo

Macêdo (2016), a loja comercializava produtos refinados que poderiam ser utilizados como presentes, o que ressalta o valor econômico dos itens, destinado ao público de maior poder aquisitivo. Ainda, a Casa Carvalhaes, no início do século XX, era considerada como uma “mercearia aristocrática e fina” (GODINHO³, 2011 *apud* MACÊDO, 2016).

Assim como a tipologia das outras lojas comerciais da época, a Casa Carvalhaes era um sobrado, onde o térreo funcionava como loja e os pavimentos superiores como a residência do proprietário (BASSALO, 2008). A edificação era composta pelo pavimento térreo e mais dois pavimentos superiores, com as fachadas azulejadas e ornamentos e gradis em ferro. Vale ressaltar que provavelmente as partes constituintes da Casa Carvalhaes eram em suma maioria confeccionadas e advindas do continente europeu. É possível caracterizar a edificação como um exemplo do estilo eclético, com a presença de elementos que remetem ao *Art Nouveau* (figura 32 e figura 33).

Figura 32: Fachada da Casa Carvalhaes pela R. Santo Antônio



Fonte: fauufpa.files.wordpress.com/2015/07/cc-21.jpg

³ GODINHO, Victor. Norte do Brasil: através do Amazonas, do Pará e do Maranhão. Pelos Drs. Victor Godinho, Adolpho Lindenberg. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

Figura 33: Interior da Casa Carvalhaes.



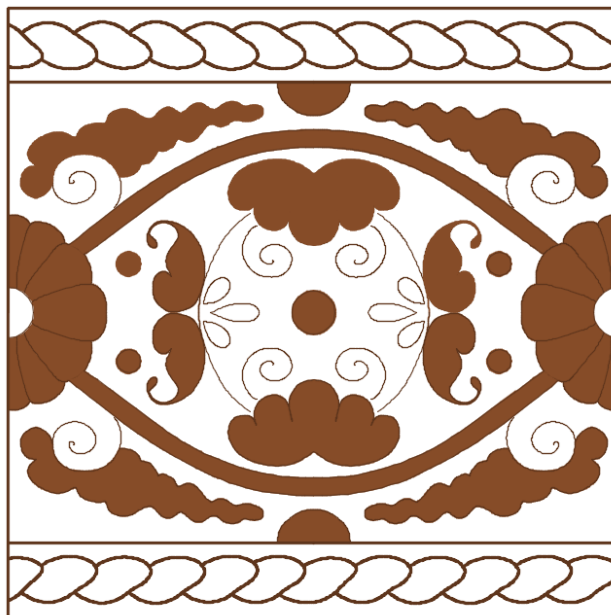
Fonte: BASSALO, 2008.

Os azulejos que compunham a fachada da Casa Carvalhaes foram produzidos pela técnica de decalcomania, caracterizada por peças de dimensões mais rígidas e desenhos constituídos por vários pontos e traços, simétricos e geralmente monocromáticos (ALCÂNTARA; BRITO; SANJAD, 2016). A fachada era composta pelo azulejo de 12,3x12,3cm, de procedência francesa, da fábrica Boch Frères – La Louvière (figura 34) e pela cercadura de 12,3x12,3cm, sem informações de procedência (figura 35), ambos assentados por compressão contra argamassa fresca (ALCÂNTARA; BRITO; SANJAD, 2016).

Figura 34: Desenho do motivo do azulejo da Casa Carvalhaes.



Figura 35: Desenho do motivo da cercadura da Casa Carvalhes.



A Casa Carvalhaes, assim como as demais edificações oitocentistas, possuía espaçamento de vãos reduzido, com janelas rasgadas (semelhantes aos vãos de portas, mas funcionando como janelas) e portas, com vergas em arco pleno e elemento decorativo na chave do arco no pavimento térreo, e vergas retas nos pavimentos superiores. Ainda, possuía frontão na fachada principal (pela R. Santo Antônio), bandeiras vazadas nas janelas e portas do pavimento térreo, e balcões entalados nos dois pavimentos superiores.

No térreo, as esquadrias eram em madeira almofadada e nos pavimentos superiores eram duplas, com folhas externas de veneziana e vidro, e na parte interna eram em madeira com almofadas. A edificação possuía paredes autoportantes externas, com alvenaria em tijolos em “L”, e as paredes internas eram em tabique. Tanto o forro quanto o piso da edificação eram de acapú e pau amarelo, dispostos formando desenhos geométricos (NORAT, 2007).

Em 12 de junho, de 1986, de acordo com o jornal Folha do Norte, ocorreu um incêndio na Casa Carvalhaes e na edificação ao lado, a Livraria Paraense. O incêndio haveria iniciado durante a noite, porém as chamas só cessaram na manhã seguinte, com a ajuda de membros do corpo de bombeiros e de voluntários. Segundo relatos, o aspecto das edificações após o sinistro era desolador: paredes internas da livraria desabaram e grande parte dos produtos da loja foram destruídos. Ainda, os documentos da Casa Carvalhaes foram perdidos. A causa do acidente não foi definida, havendo suposições de que foi causada devido o uso de fogos de artifícios durante as comemorações das festividades juninas.

Segundo Macêdo (2016), no início do século XX, mesmo com a crise da economia da borracha, as casas comerciais, assim como a Casa Carvalhaes (figura 36), permaneciam com a venda de produtos importados, caracterizando-se como parte importante no comércio de Belém. Dessa forma, a Casa Carvalhaes representava um símbolo da modernidade entre os séculos XIX e XX, denotando grande importância no cotidiano da sociedade da época.

Figura 36: Vista área do bairro do Comércio, ao fundo da esquerda para a direita, o *Bon Marché* e ao lado a Casa Carvalhaes, ambas casas comerciais.



Fonte: Belém da saudade: a memória da Belém do início do século em cartões-postais. Belém, Secult, 2004.

Contudo, apesar da sua influência no âmbito comercial da cidade, a edificação, ao longo do tempo, acabou gradativamente entrando em decadência e suas estruturas passaram a ser subutilizadas. Em 2002, a Prefeitura de Belém (PMB) e a Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL), com o projeto Habitar o Centro, realizaram um levantamento da edificação. Esses últimos registros identificavam que o pavimento térreo era ocupado por duas lojas, enquanto os pavimentos superiores eram destinados a salas comerciais, que, todavia, estavam em maioria ociosos e desocupados (figura 37). Segundo Norat (2007), alguns vãos do térreo estavam vedados e no seu interior existiam novas divisórias em compensado e alvenaria.

Figura 37: Casa Carvalhaes funcionando com lojas, em 2005.



Fonte: NORAT, 2007.

O descaso e a subutilização resultaram na deterioração da edificação a ponto de, no dia 23 de julho de 2015, ocorrer novamente um incêndio na área que destruiu grande parte da estrutura da edificação. De acordo com o jornal G1, o incêndio ocorreu durante a madrugada, destruindo a Casa Carvalhaes e mais duas lojas, incluindo a Farmácia Cesar Santos, edificação datada de 1884 (figura 38 e figura 39). Os bombeiros começaram a trabalhar ainda durante a noite, porém até a manhã seguinte as chamas permaneciam no interior das edificações.

Figura 38: Início do incêndio na Rua Santo Antônio, na Farmácia Cesar Santos e Casa Carvalhaes à esquerda.



Fonte: <http://m.diarioonline.com.br/noticia-338065-.html>

Figura 39: Fachada de esquina da Casa Carvalhaes, com interior em chamas.



Fonte: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/07/incendio-atinge-lojas-do-comercio-de-belem.html>

Ao longo do incêndio, o interior da Casa Carvalhaes foi totalmente destruído, e grande parte da fachada da Rua Santo Antônio ruiu (figura 40). A operação do combate às chamas teve duração de seis horas, cerca de 70 militares participaram, e mesmo após o controle do fogo, as ruas de acesso às edificações ficaram interditadas devido os riscos de desabamento da estrutura que ainda permanecia de pé. Não houve vítimas, porém durante o incêndio, as lojas atingidas foram saqueadas.

Figura 40: Casa Carvalhaes após o incêndio.



Fonte: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/07/rua-santo-antonio-e-interditada-apos-incendio-em-casares-em-belem.html>

Restaram então elementos construtivos e arquitetônicos, como tijolos em “L”, azulejos, gradis metálicos, molduras, ornatos em pedra de lioz e partes das fachadas. Estes elementos seriam descartados em lixões e possivelmente em parte comercializados, quando a pedido das professoras Thais Sanjad e Flávia Palácios foram direcionados cerca de dez caçambas bota-fora para a Universidade Federal do Pará, levando a seleção dos escombros pela equipe do LACORE, que, com o trabalho voluntário de vários alunos e pesquisadores, foram recuperados após seleção e coleta (figura 41). Posteriormente, o material coletado foi identificado, documentado e armazenado no LACORE.

Figura 41: Casa Carvalhaes durante a coleta dos escombros.



Fonte: Thais Sanjad, 2015.

Desde então, por conta do abandono, a edificação continua se deteriorando, tendo em vista que parcelas das fachadas que ainda resistiam acabaram desabando. Atualmente, existe um tapume em volta do lote, porém as fachadas continuam desprotegidas (figura 42).

Figura 42: Situação atual da Casa Carvalhaes.



4.3. Legislação Incidente

A Casa Carvalhaes está localizada na Rua Santo Antônio, esquina com a Trav. Leão XIII, bairro da Campina, que, juntamente com o bairro da Cidade Velha, compõe o Centro Histórico de Belém (CHB) (figura 43).

Figura 43: Localização da Casa Carvalhaes.



LEGENDA

- Casa Carvalhaes
- R. Santo Antônio
- Trav. Leão XIII
- limites do bairro da Campina

Fonte: Google Earth, adaptado pela autora.

O CHB está regulamentado nas três instâncias de poder: federal, estadual e municipal. Na esfera federal, o IPHAN foi o responsável, com a Portaria MinC nº 54/2012, de 08 de maio de 2012, onde homologa para efeitos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico dos bairros da Cidade Velha e Campina, com a inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro do Tombo Histórico (BRASIL, 2012).

No cenário estadual, é a Lei nº 5629, de 20 de dezembro de 1990 que dispõe acerca da Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado do Pará, que reitera os preceitos do Decreto-Lei nº 25, além de instituir ao Departamento do Patrimônio Artístico, Histórico e Cultural (DPHAC), da Secretaria de Estado de Cultural (SECULT), a prévia aprovação, orientação e acompanhamento de toda e qualquer intervenção em um bem, além de ser responsável pela política de preservação, proteção, valorização, tombamento, inventário do patrimônio e pelas inscrições nos livros de Tombo do Estado (PARÁ, 1990).

No âmbito municipal, temos a Lei Orgânica do Município de 1990, que compete ao poder público a proteção do patrimônio cultural da cidade, através de inventários, registros, catalogação, tombamento e outros métodos de preservação. Fica definido como patrimônio cultural “os bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto”, onde se incluem “os edifícios, os conjuntos urbanos e sítios de valor arquitetônico, histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, científico e cultural” que fazem parte da história popular (BELÉM, 1990, Art. 228). Assim, o centro histórico de ocupação portuguesa é tombado, e cabe ao órgão municipal a delimitação das áreas dos prédios à serem preservados e a proteção do entorno, ambiência ou vizinhança (BELÉM, 1990, Art. 229).

Todavia, é com a Lei nº 7.709, de 18 de maio de 1994 que se realiza a delimitação e regulamentação do CHB. A Lei de Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de Belém, reitera o conceito de patrimônio cultural, e define as condições do processo de tombamento dos bens, os critérios de uso e ocupação do solo e discorre sobre o CHB.

A FUMBEL é o órgão responsável pela política de proteção do patrimônio. A FUMBEL define a existência de quatro Livros de Tombo ou de Registros de Bens Culturais: Livro de Tombo de Bens Naturais; Livro de Tombo de Bens Arqueológicos e Antropológicos; Livro de Tombo de

Bens Imóveis de valor histórico, arquitetônico e urbanístico; e Livro de Tombo de bens móveis (BELÉM, 1994, Art. 15)

No Artigo 34, são classificadas as intervenções em imóveis do CHB e sua área de entorno como:

- I) Preservação Arquitetônica Integral, que se destina à preservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas internas e externas do imóvel;
- II) Preservação Arquitetônica Parcial, que se destina à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel;
- III) Reconstituição arquitetônica, que se destina à recuperação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas que um dia compuseram a fachada e a cobertura datadas da construção do imóvel;
- IV) Acompanhamento, que se destina à conservação da fachada externa e cobertura do imóvel que não tenha características arquitetônicas de interesse à preservação não interfere substancialmente na paisagem devendo manter-se a harmonia volumétrica;
- V) Renovação, que se destina à construção de nova edificação e/ou substituição de uma edificação que não tem interesse à preservação;

Ainda, só são admitidas as intervenções de renovação em casos que apresentem riscos à segurança pública, com desabamentos ou demolição. No Artigo 35, fica definido que não serão admitidas modificações referentes ao parcelamento do solo no CHB, impedindo remembramento e desmembramento de lotes (BELÉM, 1994).

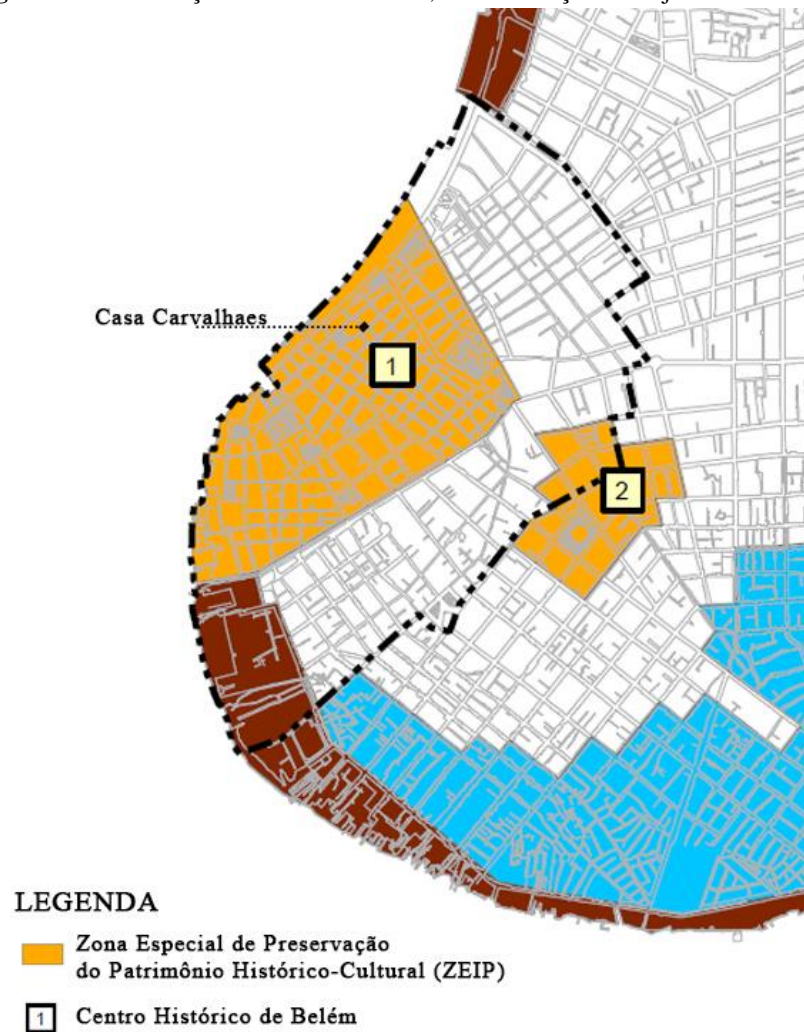
De acordo com esta legislação, fica delimitado para o CHB as seguintes zonas de uso: Zonas Habitacionais, Zonas de Comércio e Serviço, Zonas de Uso Misto e Zonas Habitacionais. Nesta regulamentação, a Casa Carvalhaes está situada na Zona de Comércio e Serviço 1 (ZCS-1), onde o gabarito máximo de altura é de 10 metros (BELÉM, 1994).

Por fim, temos a Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém (PDM), obedecendo aos preceitos da Lei Orgânica do Município de Belém, principalmente da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade). O plano diretor se faz como o instrumento básico da política urbana para a cidade e visa a melhoria das condições de vida dos habitantes e o desenvolvimento econômico (BELÉM, 2008).

No que diz respeito à área do CHB, a Casa Carvalhaes insere-se tanto no zoneamento comum, na Macrozona do Ambiente Urbano, na Zona de Ambiente Urbano 7 (ZAU 7), quanto no Zoneamento Especial, na Zonas Especiais de Interesse do Patrimônio Histórico e Cultural (ZEIP).

As Zonas Especiais de Interesse do Patrimônio Histórico e Cultural (ZEIP), são áreas constituídas por sítios e conjuntos arquitetônicos de valor e significância cultural, com relevante expressão artística, histórica, arqueológica e paisagística. São áreas que precisam de preservação e reabilitação, ou compatibilização com o sítio integrante do conjunto (figura 44). Ademais, a lei regulamenta áreas de entorno dos bens e conjuntos tombados isoladamente, de modo a preservar a paisagem e memória arquitetônica e urbanística da cidade e manter a identidade do bairro (BELÉM, 2008).

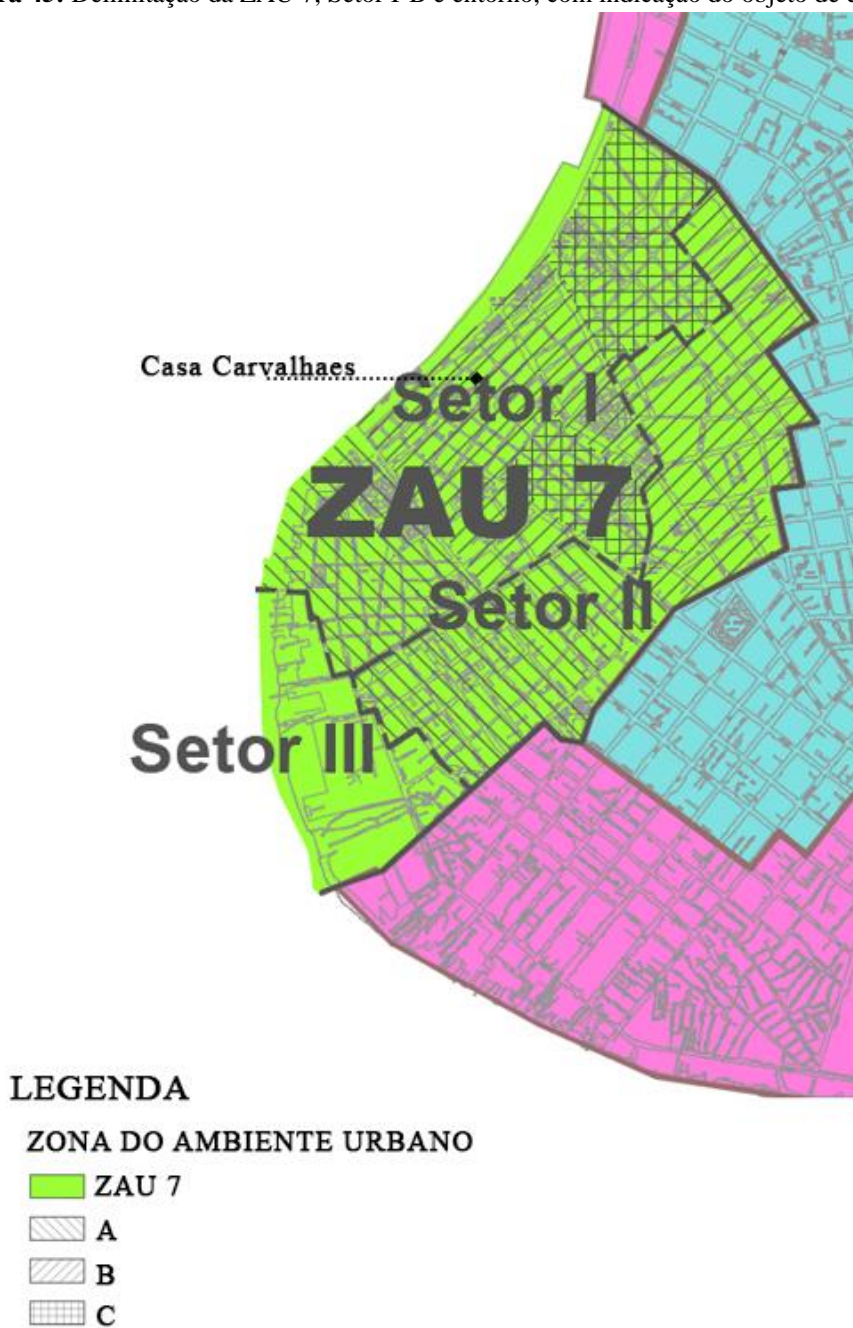
Figura 44: Delimitação da ZEIP e entorno, com indicação do objeto de estudo.



Fonte: Plano Diretor de Belém, 2008, adaptado pela autora.

No que diz respeito à ZAU 7, Setor I (figura 45), é caracterizada por desempenhar tradicionalmente as funções de centro comercial, administrativo e serviços portuários do município, além dos atributos históricos, paisagísticos e culturais. Os objetivos da ZAU 7, Setor I, são requalificar, preservar e conservar o núcleo histórico; requalificar as áreas degradadas; estimular o uso habitacional; melhorar a infraestrutura; e potencializar as atividades de turismo. Como diretrizes, é possível destacar o estabelecimento de um equilíbrio entre as propagandas e os impactos de poluição visual e sonora da paisagem urbana e a reabilitação dos espaços públicos destinados à cultura, lazer e turismo (BELÉM, 2008).

Figura 45: Delimitação da ZAU 7, Setor I-B e entorno, com indicação do objeto de estudo.



Fonte: Plano Diretor de Belém, 2008, adaptado pela autora.

Os Anexos III e IV da Lei nº 7.709 dispõem acerca dos modelos urbanísticos do CHB. Ao considerar o uso de Serviço “A”, ou seja, “hotelaria, cultural, lazer, esportes, diversionais, academia de ginástica, restaurantes e lanchonetes”, e por estar localizada na ZAU 7, Setor I-B, a Casa Carvalhaes pode ser enquadrada nos modelos M19 e M20A (BELÉM, 1994).

O modelo urbanístico M20A possui as seguintes diretrizes: não são necessários afastamentos mínimos frontais, laterais ou de fundo; não há indicação de índice de permeabilização mínimo; o índice de ocupação máximo deve ser de 0,75; o índice de aproveitamento é de 1,5, podendo ser até 6,0 se a edificação for um hotel; e o gabarito de altura é de 10 metros (BELÉM, 1994).

Em 2018, inicia-se um estudo e elaboração de uma nova normativa para o CHB e entorno pelo o IPHAN, visando o estabelecimento de diretrizes, critérios e parâmetros para orientar as intervenções no bem protegido, levando em consideração a sua situação atual de preservação e conservação. Assim, busca viabilizar a criação de condições normativas adequadas para assegurar a percepção e a compreensão dos valores protegidos, assim como sua preservação.

Dentre os objetivos de preservação, essa normativa tem como intenção garantir a percepção do conjunto, com a compreensão dos diversos períodos de formação, formas de ocupação e construção da identidade, buscando a preservação das características morfológicas, e também tipológicas quando possível.

São definidas cinco unidades de gestão de preservação, sendo: Bens tombados, Imóveis de Preservação, Eixos Estruturadores, Praças e Setores e Subsetores. Dessa forma, a Casa Carvalhaes é caracterizada como um Imóvel de Preservação e está localizada no Setor Centro Histórico (SCH), no Subsetor Centro Histórico 3 (SCH 3).

Os imóveis de preservação podem ser classificados em duas categorias:

- I) Preservação Integral, onde são perceptíveis e preservadas as características arquitetônicas externas e internas da edificação.
- II) Preservação Parcial, onde são perceptíveis e preservadas as características externas da edificação.

Tendo em vista que atualmente só existem remanescentes das fachadas da Casa Carvalhaes, é possível caracterizá-la como de preservação parcial. O Artigo 12 dispõe sobre os critérios de intervenção nesses imóveis quanto:

- 1) à morfologia, onde o edifício deve manter o posicionamento da sua implantação no tecido urbano de acordo com a construção original, no que diz respeito aos recuos e afastamentos e a relação espacial com o logradouro; e não será possível erguer vedações que impeçam a relação visual com o logradouro, devendo-se conservar as vedações originais, ou em casos em que esta seja inexistente, deve-se introduzir novas com a mesma lógica compositiva;

2) à tipologia, as características volumétricas baseadas no modelo construtivo ou estilístico original, deverão ser mantidas; poderá haver a supressão de elementos pontuais que não pertencem à edificação original ou que interferem na percepção e compreensão das características do imóvel; possíveis ampliações verticais devem também prezar pela percepção e compreensão das características do imóvel;

3) às fachadas, os elementos compositivos devem ser mantidos; a abertura de novos vãos é permitida de modo a atender questões relacionadas à ventilação, acessibilidade e segurança, sempre seguindo a lógica compositiva da edificação e localizadas em áreas menos expostas; são admitidas intervenções de recomposição de forma localizada; as cores dos elementos que compõem a fachada devem ser determinadas através de prospecção das camadas pré-existentes; e as esquadrias devem manter uma configuração coerente com a edificação original, assim como do conjunto urbano;

4) à cobertura, são admitidas novas configurações que adotem o modelo de quatro águas idênticas ao padrão dos imóveis à preservação de mesma tipologia; são admitidas adequações em calhas e condutores, caso as soluções existentes não sejam eficientes; e o revestimento das coberturas será em telha cerâmica;

5) à organização interna, é possível a recomposição de espaços internos, com base no modelo original do edifício; e serão admitidas adequações internas de modo a viabilizar questões de ventilação, sanitários, acessibilidade e segurança;

6) à elementos integrados, como “pinturas murais, afrescos, vitrais, ornatos, forros, azulejaria, mosaicos, marcenarias, ferragens e esculturas”, podem ser mantidos ou reintegrados na composição interna do edifício;

7) ao sistema construtivo e aos materiais, deve-se preservar os sistemas construtivos, utilizando técnicas compatíveis; os materiais devem ser preservados levando em consideração o seu desempenho funcional; e fica permitido o uso de materiais e soluções construtivas que melhorem as condições de conforto térmico e ações de conservação e manutenção, sem alterar a lógica do sistema construtivo;

Ainda, equipamentos de ventilação e de ar condicionado devem ser localizados em áreas nos fundos do lote ou cobertura, não podendo ser fixados nas fachadas. Os elementos externos à cobertura deverão ser localizados no último terço da profundidade da edificação e não devem ultrapassar a altura máxima dos demais elementos da edificação.

O SCH 3 corresponde à área de formação do bairro da Campina, que concentra características arquitetônicas e urbanas dos ciclos econômicos do mercantilismo do século XVIII e da *Belle Époque* entre os séculos XIX e XX. Para o SCH 3, as diretrizes são: assegurar a centralidade das diversas funções urbanas, de comércio, serviços, residência e convivência da área; e, ainda, acerca da tipologia das edificações em atividade comercial, deve-se manter a continuidade visual e funcional, garantindo a coerência estilística e compositiva de todo o conjunto, regulando o alinhamento dos vãos, marquises e normatização de elementos de publicidade.

Os critérios de intervenção para o SCH 3 quanto à morfologia prezam por assegurar a morfologia do tecido urbano de formação, onde o edifício deve ser implantado sem afastamentos frontais ou laterais, admitindo anexos somente térreos e com afastamento mínimo de 1,5 metros do edifício principal e permite o remembramento de lotes até a dimensão máxima de 15,0 metros de testada.

Quanto à tipologia, devem ser observadas as volumetrias, modelação de fachadas, ritmos e proporção de vãos. Para a volumetria, admite-se o gabarito de 12,0 metros de altura máxima, podendo ser acrescida até 1,0 metro por necessidade de alinhamento com demais imóveis. Ainda, admite no máximo 3 pavimentos, podendo ser acrescido em um pavimento em semicave, por necessidade de concordância com outras edificações.

Quanto às coberturas, devem ser configuradas em 3 ou 4 águas, com águas voltadas para fachada e partes laterais do lote e não devem ultrapassar 20% da largura total da fachada ou a altura de 2,0 metros acima da altura máxima da edificação. A caixa d'água deve ser inserida no vão da cobertura ou parte externa no último terço da profundidade do lote.

4.4. Projetos desenvolvidos na área

A partir da década de 1990, com o tombamento do CHB, as áreas e bens culturais da cidade de Belém passaram a ser alvo de projetos e planos de intervenções. No que diz respeito a área de entorno da Casa Carvalhaes, é possível destacar o Plano “Ver-Belém”, de 1998, elaborado pela empresa TC BR para a Prefeitura de Belém. Visando a reabilitação do CHB através de uma noção mais sustentável, esse plano caracterizava-se por estudos e desenvolvimento de diretrizes que deveriam servir como base para a consolidação de ações de revitalização (NORAT, 2007).

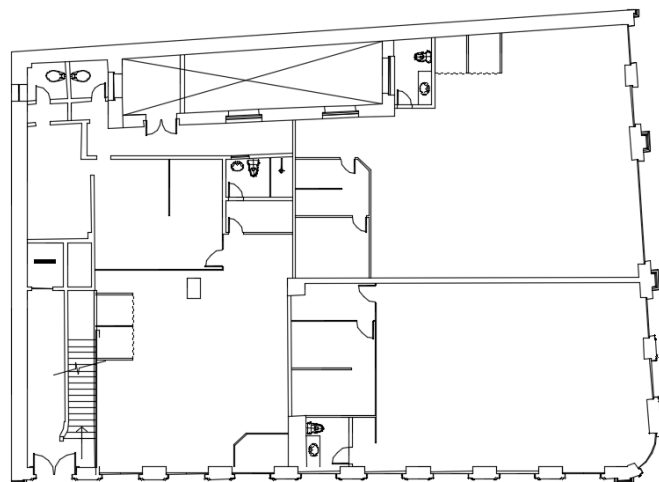
De acordo com Norat (2007), o plano definiu seis setores com áreas e diretrizes específicas: Setor 1, Projeto Boulevard (áreas de turismo e lazer, com uso habitacional em conjunto com

comercial; área destinada para usos institucionais e culturais; e áreas de uso comercial, podendo adaptar usos habitacionais como hotéis); o Setor 2, Cidade Velha (uso habitacional consolidado e organização dos terminais fluviais, além de uso comercial e requalificação habitacional); Setor 3, Habitar o Centro (programa para uso habitacional específico); Setor 4, Campina (uso habitacional aliado a serviços e comércio qualificado); Setor 5, Reduto (usos para entretenimento, turismo, ensino técnico e pequenas indústrias juntamente com habitações); e Setor 6, Comércio (requalificação de comércio e serviços).

No início dos anos 2000, a Prefeitura de Belém começa a elaborar um plano para a reabilitação do CHB, focando em projetos que visavam o uso habitacional em edificações históricas no bairro da Campina, buscando a reinserção de moradias nessa área predominantemente comercial. Foram realizados estudos para a adaptação de imóveis subutilizados ou abandonados localizados na Trav. Leão XIII, na Campina (NORAT, 2007).

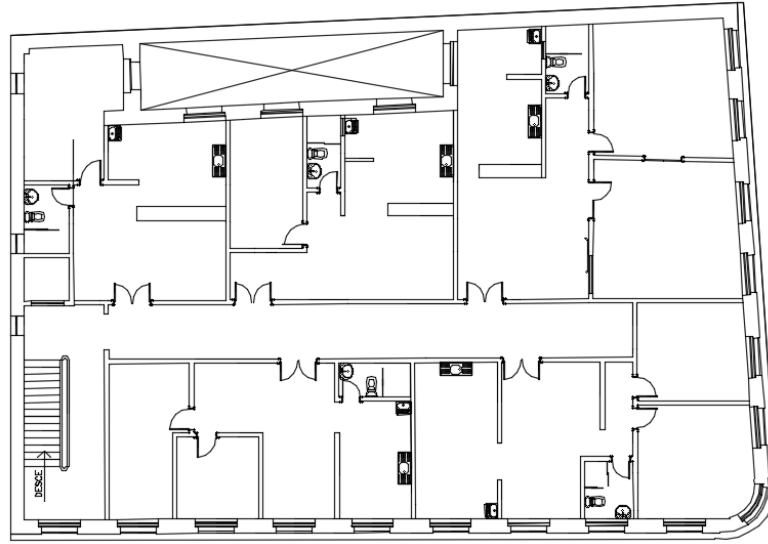
A Casa Carvalhaes foi um dos imóveis escolhidos, e teve sua situação levantada e a partir de então foi elaborado um novo projeto. Em 2002, a Casa Carvalhaes era ocupada por duas lojas no pavimento térreo e por salas comerciais – a maioria sem utilização – no 1º e 2º pavimento, que possuíam acesso privativo. A proposta pretendia manter o uso comercial no térreo, porém dividindo o espaço em três lojas (figura 46), para um maior aproveitamento do espaço, e, para os dois pavimentos superiores optou-se pelo uso habitacional multifamiliar, totalizando dez unidades (figuras 47 e 48).

Figura 46: Planta baixa da proposta para o pavimento térreo da Casa Carvalhaes.



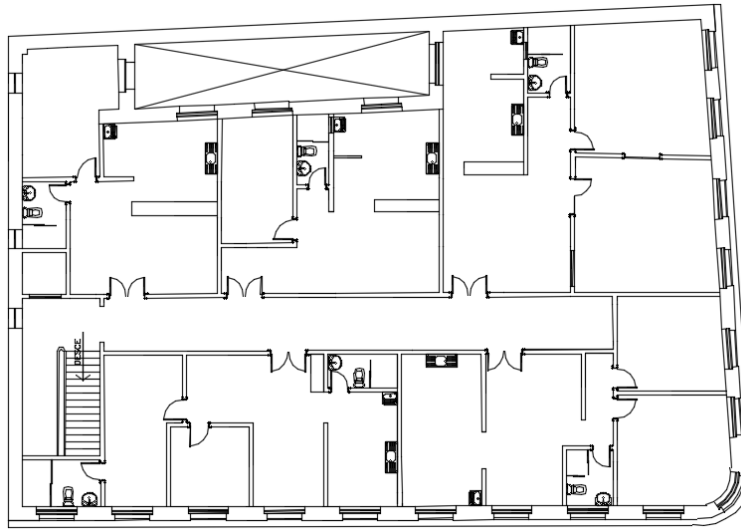
Fonte: Projeto Habitar o Centro, PMB/FUMBEL, 2002.

Figura 47: Planta baixa da proposta para o 1º pavimento da Casa Carvalhaes.



Fonte: Projeto Habitar o Centro, PMB/FUMBEL, 2002.

Figura 48: Planta baixa da proposta para o 1º pavimento da Casa Carvalhaes.



Fonte: Projeto Habitar o Centro, PMB/FUMBEL, 2002.

O novo projeto previu aproveitar as disposições originais da planta, como manter o acesso privado para os pavimentos superiores pela escada e elevador existentes, utilizar o corredor central para a distribuição dos cômodos, e dispor os ambientes de modo a desfrutar dos vãos originais das fachadas (NORAT, 2007). Contudo, o projeto para a Casa Carvalhaes, assim como os das demais edificações da Leão XIII, nunca chegaram a ser viabilizados.

Em 2009, o projeto de reabilitação VIVACIDADE é elaborado pela Secretaria de Cultura do Governo do Estado do Pará (SECULT), propondo um processo de reabilitação urbana integrada,

agregando arquitetura, infraestrutura e aspectos culturais, e socioeconômicos. O projeto tinha como proposta potencializar o uso habitacional no CHB através da restauração e preservação de imóveis subutilizados, insalubres ou em situação de ruína e convertê-los em moradias, além de serviços ligados ao uso habitacional, como alojamentos, albergues e escolas.

A área delimitada como prioritária para a intervenção foi o bairro da Campina, em especial os casarões da Trav. Leão XIII. A proposta chegou em níveis projetuais, arquitetônico e urbano, elaborados pelo escritório MeiaDoisNove, contudo, nunca foram concretizados.

No ano de 2017, a Prefeitura de Belém lança o programa Desenvolve Belém, uma parceria entre o público e privado, de modo a viabilizar o desenvolvimento sustentável da cidade. A proposta baseia-se em quatro eixos: Conexões do Futuro, com projetos urbanísticos de infraestrutura; Centro Vivo, requalificação do CHB; Chão em Dia, foco na regularização fundiária; e Cidade para Pessoas, atuando no âmbito gastronômico e espaços públicos de convivência.

No que diz respeito a proposta do Centro Vivo, foram elaborados projetos para a recuperação do Palacete Pinho, Mercado Francisco Bolonha e espaço Palmeira. Ainda, previa intervenções no bairro da Campina, na Trav. Leão XIII, com a restauração do casario, com o intuito de incentivar o uso majoritário de atividades turísticas, como restaurantes, hotéis e estacionamentos. Além disso, a proposta visa a implantação de uma estrutura de cobertura na via, criando um “calçadão coberto” (figura 49).

Figura 49: Proposta do Desenvolve Belém para a Travessa Leão XIII.



Fonte: <http://agenciabelem.com.br/Noticia/159662/prefeitura-lanca-o-programa-desenvolve-belem-visando-ao-crescimento-da-cidade>

Sendo assim, é possível perceber que esse projeto é antagônico em relação as propostas anteriores, que buscavam requalificar a área aliando o uso habitacional, comércio e serviços, respeitando assim a parcela da população que já frequenta a área. A implementação de uma via

coberta, além de ser praticamente inviável do ponto de vista do conforto térmico considerando o clima quente e úmido da região, também desconfiguraria a imagem da via e entorno que são envoltos por edificações imponentes como Paris n' América, e até mesmo a antiga Casa Carvalhaes.

Dessa forma, percebe-se que foram elaborados projetos que propunham ações integradas, com propostas de reabilitação consolidadas com as particularidades do CHB e dos grupos sociais que lá coexistem, no entanto nunca chegaram a ser executados e implementados de fato. Por outro lado, as propostas mais recentes configuram a fragilidade e dificuldade de atuação do atual poder público em elaborar políticas consistentes de reabilitação urbana e arquitetônica para essa área do CHB.

5. DIAGNÓSTICO

5.1. Levantamento Fotográfico, Físico Cadastral e Mapeamento de Danos

O levantamento foi realizado com base nas visitas *in loco*, com o registro fotográfico e medição do que restou da edificação – a cobertura e o interior ruíram completamente, e somente partes das duas fachadas resistiram. A fachada da Rua Santo Antônio encontra-se envolta por um tapume (figura 50), o que dificultou a obtenção de imagens e, conseqüentemente, o levantamento. Já a fachada da Trav. Leão XIII, apesar de possuir melhor visualização, possui grande acúmulo de lixo em suas proximidades (figura 51 e 52).

Figura 50: Fachada remanescente da Casa Carvalhaes, pela Rua Santo Antônio.



Figura 51: Parte da fachada remanescente da Casa Carvalhaes, pela Trav. Leão XIII.



Figura 52: Parte da fachada remanescente da Casa Carvalhaes, pela Trav. Leão XIII.



A partir do levantamento realizado foi possível fazer um comparativo com os registros gráficos da edificação antes do sinistro e verificar a atual situação das fachadas. O levantamento realizado pela Prefeitura de Belém e FUMBEL para o projeto Habitar o Centro, de 2002, foi utilizado como base para a elaboração do levantamento físico cadastral (figura 53 e 54), documentado em arquivos em AutoCAD que podem ser consultados no Apêndice A.

Figura 53: Fachada da Casa Carvalhaes pela Trav. Leão XIII em 2002 e remanescente da fachada em 2019, respectivamente.



Fonte: Projeto Habitar o Centro, PMB/FUMBEL, 2002. Adaptado pela autora.

Figura 54: Fachada da Casa Carvalhaes pela R. Santo Antônio em 2002 e remanescente da fachada em 2019, respectivamente.



Fonte: Projeto Habitar o Centro, PMB/FUMBEL, 2002. Adaptado pela autora.

Desse modo, é possível observar que mais de 80% da fachada da edificação foi perdida, além dos materiais que a compunham, como as esquadrias em madeira, gradis metálicos e a perda quase total do revestimento azulejar. De posse dos desenhos técnicos elaborados, foi desenvolvido então o mapeamento de danos das duas fachadas existentes. O mapeamento foi dividido em duas fichas que descrevem os danos encontrados nas superfícies da edificação.

É possível constatar que houve perda quase completa dos azulejos que revestiam as fachadas, existindo áreas onde a estrutura da edificação encontra-se aparente. Nas demais superfícies houve destacamento de pintura e presença de sujidade e umidade. Além disso, houve perda de material, principalmente nas molduras dos vãos. Nas áreas superiores do que restou das fachadas, destaca-se a presença de vegetação e colonização biológica, principalmente na fachada da Rua Santo Antônio.



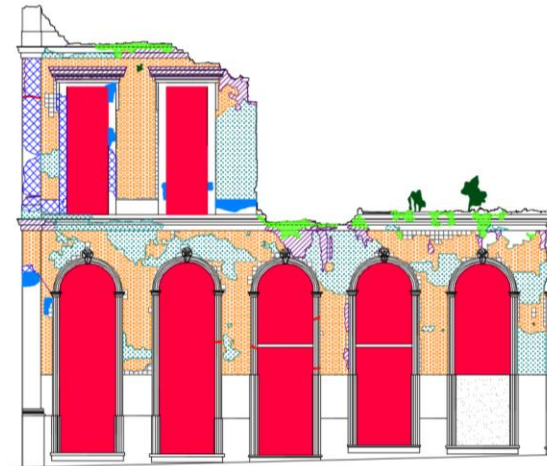
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
PROJETO DE INSERÇÃO ARQUITETÔNICA DA
CASA CARVALHAES



DIAGNÓSTICO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Fachada: Tv. Leão XIII

Ficha nº 01



Diagnóstico: Os vãos encontram-se vedados por alvenaria, apresentando algumas fissuras. Houve o destacamento quase total do revestimento azulejar, sobrando apenas argamassa e, em algumas partes, houve a perda completa do material. As áreas pintadas apresentam destacamento da pintura e manchas de umidade e sujidade. Presença de colonização biológica e vegetação, que se concentram na parte superior da fachada.

Legenda:

- | | | | |
|--|-------------------------|--|------------|
| | Descolamento cerâmico | | Trinca |
| | Biocolonização | | Fratura |
| | Vegetação | | Sujidade |
| | Destacamento da pintura | | Lacuna |
| | Vedação | | Perfuração |
| | Perda de material | | Fissura |

Foto nº 01

Autor: Saskya Brandão

Data: 19/02/2019

Foto nº 02

Autor: Saskya Brandão

Data: 19/02/2019



Descrição: Destacamento do revestimento azulejar.			Descrição: Presença de vegetação e colonização biológica na parte superior do remanescente da fachada, assim como manchas de umidade e sujeira.		
Foto nº 03	Autor: Saskya Brandão	Data: 19/02/2019	Foto nº 04	Autor: Saskya Brandão	Data: 19/02/2019
					
Descrição: Vãos de portas e janelas com fechamento em alvenaria cerâmica.			Descrição: Destacamento dos azulejos e perda de material. Estrutura aparente.		
Foto nº 05	Autor: Saskya Brandão			Data: 19/02/2019	
					
Descrição: Presença de grande quantidade de lixo no passeio próximo à fachada.					
Aluna: Saskya Rodrigues Brandão					
Orientadora: Roseane da Conceição Costa Norat					



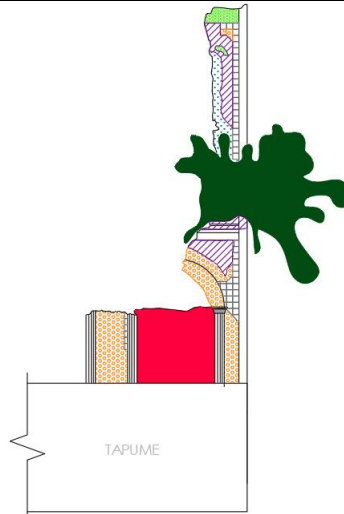
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
 PROJETO DE INSERÇÃO ARQUITETÔNICA DA
 CASA CARVALHAES



DIAGNÓSTICO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Fachada: Rua Santo Antônio

Ficha nº 02



Diagnóstico: A parte inferior da fachada encontra-se encoberta por um tapume. Os vãos encontram-se vedados por porta de enrolar. Houve o destacamento quase total do revestimento azulejar, sobrando apenas argamassa e, em algumas partes, houve a perda completa do material. As áreas pintadas apresentam destacamento da pintura e manchas de umidade e sujidade. Presença de colonização biológica e vegetação, que se concentram na parte superior da fachada.

Legenda:

- | | | | |
|--|-------------------------|--|------------|
| | Descolamento cerâmico | | Trinca |
| | Biocolonização | | Fratura |
| | Vegetação | | Sujidade |
| | Destacamento da pintura | | Lacuna |
| | Vedação | | Perfuração |
| | Perda de material | | Fissura |

Foto nº 01

Autor: Saskya Brandão



Data: 19/02/2019

Foto nº 02

Autor: Saskya Brandão

Data: 19/02/2019



Descrição: Presença de vegetação.			Descrição: Presença de vegetação e colonização biológica na parte superior do remanescente da fachada, assim como manchas de sujidade e destacamento do revestimento azulejar.		
Foto nº 03	Autor: Saskya Brandão	Data: 19/02/2019	Foto nº 04	Autor: Saskya Brandão	Data: 19/02/2019
					
Descrição: Destacamento dos azulejos e perda de material. Estrutura aparente.			Descrição: Destacamento dos azulejos.		
Foto nº 05	Autor: Saskya Brandão	Data: 19/02/2019	Foto nº 06	Autor: Saskya Brandão	Data: 19/02/2019
Aluna: Saskya Rodrigues Brandão Orientadora: Roseane da Conceição Costa Norat					

6. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Com base no histórico e levantamento da Casa Carvalhaes, deu-se início a etapa de proposta projetual. A intervenção prevê a inserção arquitetônica de uma edificação contemporânea no lote da antiga Casa Carvalhaes, que se integre com as fachadas remanescentes, respeitando o caráter estilístico, tipológico e histórico do prédio e seu entorno. A proposta busca resgatar a vitalidade e importância da Casa Carvalhaes, propondo um novo uso para a edificação, que abrigará um Hostel, um Café e uma Loja, de modo que o uso comercial seja mantido no pavimento térreo e que os pavimentos superiores funcionem com o uso hoteleiro.

6.1. Programa de Necessidades

A primeira etapa no processo de concepção projetual foi a definição de um programa de necessidades, visto que diferentes atividades acontecerão em conjunto no edifício. Foram elencados os ambientes necessários para cada setor da edificação, assim como o mobiliário básico previsto (tabela 1).

Tabela 1: Definição do Programa de Necessidades.

PROGRAMA DE NECESSIDADES					
SETOR	AMBIENTE	QTD.	ÁREA (m ²)	USUÁRIOS PREVISTOS	MOBILIÁRIO BÁSICO
SOCIAL	Recepção Hostel	1.00	25.15	Público e Funcionários	Bancada, Cadeiras, Armários, Computadores, Impressora e Estantes
SOCIAL	Estar Recepção Hostel	1.00	26.30	Público	Sofás, Poltronas, Mesas de Centro, Bancos
SOCIAL	Loja Souvenir	1.00	12.20	Público	Estantes
SOCIAL	Lavabos	2.00	3.70	Público	Bacia Sanitária, Lavatório e Barras de Apoio
SOCIAL	Salão Café	1.00	35.15	Público	Mesas e Cadeiras
SOCIAL	Cozinha Integrada Café	1.00	15.70	Funcionários	Bancada, Pias, Microondas, Forno, Cooktop, Cadeiras e Mostruário
SOCIAL	Salão Loja	1.00	70.00	Público e Funcionários	Estantes expositoras, Armários, Caixa, Cadeiras
HOSPEDAGEM	Bagagem	1.00	4.50	Hóspedes e Funcionários	Armários

HOSPEDAGEM	Área de Convivência	1.00	55.25	Hóspedes	Mesas, Cadeiras, Bancos, Sofás, Poltronas, Estantes, Televisão, Armários, Bancada, Geladeiras, Microondas, Cooktop, Forno, Pias e Bebedouro
HOSPEDAGEM	Quarto Fem. (6 pessoas)	1.00	37.45	Hóspedes	Camas Solteiro e Armários
HOSPEDAGEM	Quarto Masc. (6 pessoas)	1.00	35.35	Hóspedes	Camas Solteiro e Armários
HOSPEDAGEM	Quarto Mix (8 pessoas)	1.00	44.50	Hóspedes	Camas Solteiro, Armários e Estante
HOSPEDAGEM	Quarto Mix (6 pessoas)	1.00	42.65	Hóspedes	Camas Solteiro, Armários e Estante
HOSPEDAGEM	Quarto Mix (5 pessoas)	1.00	30.40	Hóspedes	Camas Solteiro, Armários, Mesa, Cadeiras e Banco
HOSPEDAGEM	Banheiro	2.00	32.45	Hóspedes	Bancada, Lavatórios, Bacias Sanitárias, Barras de apoio, Chuveiros, Duchas e Bancos
HOSPEDAGEM	Internet	1.00	7.35	Hóspedes	Mesas, Cadeiras, Computadores e Impressora
HOSPEDAGEM	Estar	1.00	12.45	Hóspedes	Sofás, Poltronas, Mesas de Centro, Bancos
HOSPEDAGEM	Quartos Duplos Tipo 1	6.00	25.00	Hóspedes	Cama Casal, Armário, Mesa de Cabeceira, Cadeiras, Mesas, Bancos, Poltronas, Bacia Sanitária, Lavatório, Chuveiro e Ducha
HOSPEDAGEM	Quartos Duplos Tipo 2	4.00	15.00	Hóspedes	Cama Casal, Mesa de Cabeceira, Bacia Sanitária, Lavatório, Chuveiro e Ducha
HOSPEDAGEM	Quartos Quádruplos	2.00	40.00	Hóspedes	Camas Casal e Solteiro, Armário, Mesa de Cabeceira, Cadeiras, Mesas, Bancos, Poltronas, Bacia Sanitária, Lavatório, Chuveiro e Ducha
HOSPEDAGEM	Copa	1.00	7.00	Hóspedes	Bancada, Pia, Microondas, Bebedouro e Armários
SERVIÇO	Lixo	1.00	2.50	Funcionários	Lixeiras
SERVIÇO	Administração Hostel	1.00	13.00	Funcionários	Mesas, Cadeiras, Armários, Computadores, Impressora e CFTV
SERVIÇO	Administração Loja	1.00	13.00	Funcionários	Mesas, Cadeiras, Armários, Computadores, Impressora e CFTV
SERVIÇO	Vestiários	2.00	17.50	Funcionários	Bancada, Lavatórios, Bacias Sanitárias, Barras de apoio, Chuveiros, Duchas, Bancos e Armários
SERVIÇO	Copa Funcionários	1.00	23.50	Funcionários	Bancada, Mesas, Cadeiras, Geladeira, Pias, Microondas, Fogão e Bebedouro
SERVIÇO	Lavanderia	1.00	13.50	Funcionários	Máquina de Lavar, Secadora, Tanques e Tábua de Passar

SERVIÇO	Depósito Hostel	1.00	4.00	Funcionários	Armários e Estantes
SERVIÇO	Depósito Loja Geral	1.00	7.50	Funcionários	Armários e Estantes
SERVIÇO	Depósito Loja Alimentos	1.00	5.30	Funcionários	Armários e Estantes
SERVIÇO	Depósito Material Limpeza	1.00	3.00	Funcionários	Armários e Estantes
SERVIÇO	Descanso Funcionário	1.00	7.45	Funcionários	Cama Solteiro, Mesa de Cabeceira e Armário
SERVIÇO	Rouparia	2.00	16.00	Funcionários	Armários
SERVIÇO	Apoio	2.00	1.00	Funcionários	Armários e Estantes

6.2. Organograma e Fluxograma

Com o programa de necessidades definido, foram elaborados o organograma e o fluxograma, buscando a melhor forma de interligar os ambientes e fazer com que o fluxo interno e os acessos sejam funcionais (figura 55 e 56).

Dessa forma, a proposta tem acessos para o público separados para o Hostel, Café e Loja, no entanto, toda a área pública dos estabelecimentos está interligada, buscando uma harmonia entre os diferentes serviços e também possibilitando ao usuário uma maior liberdade para circular entre os três empreendimentos. Ainda, é previsto um acesso de serviço destinado somente aos funcionários da edificação.

Figura 55: Organograma da proposta.

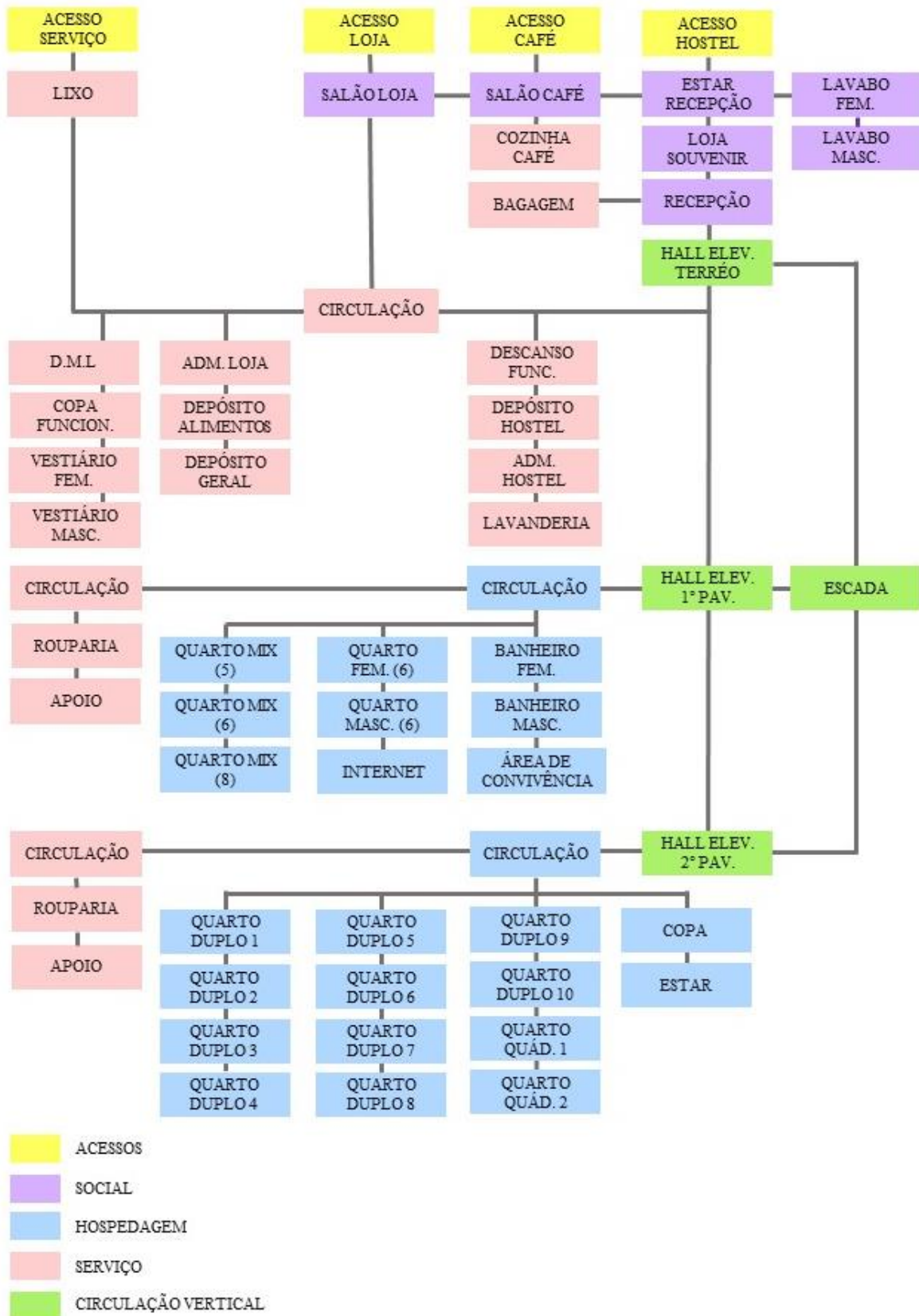
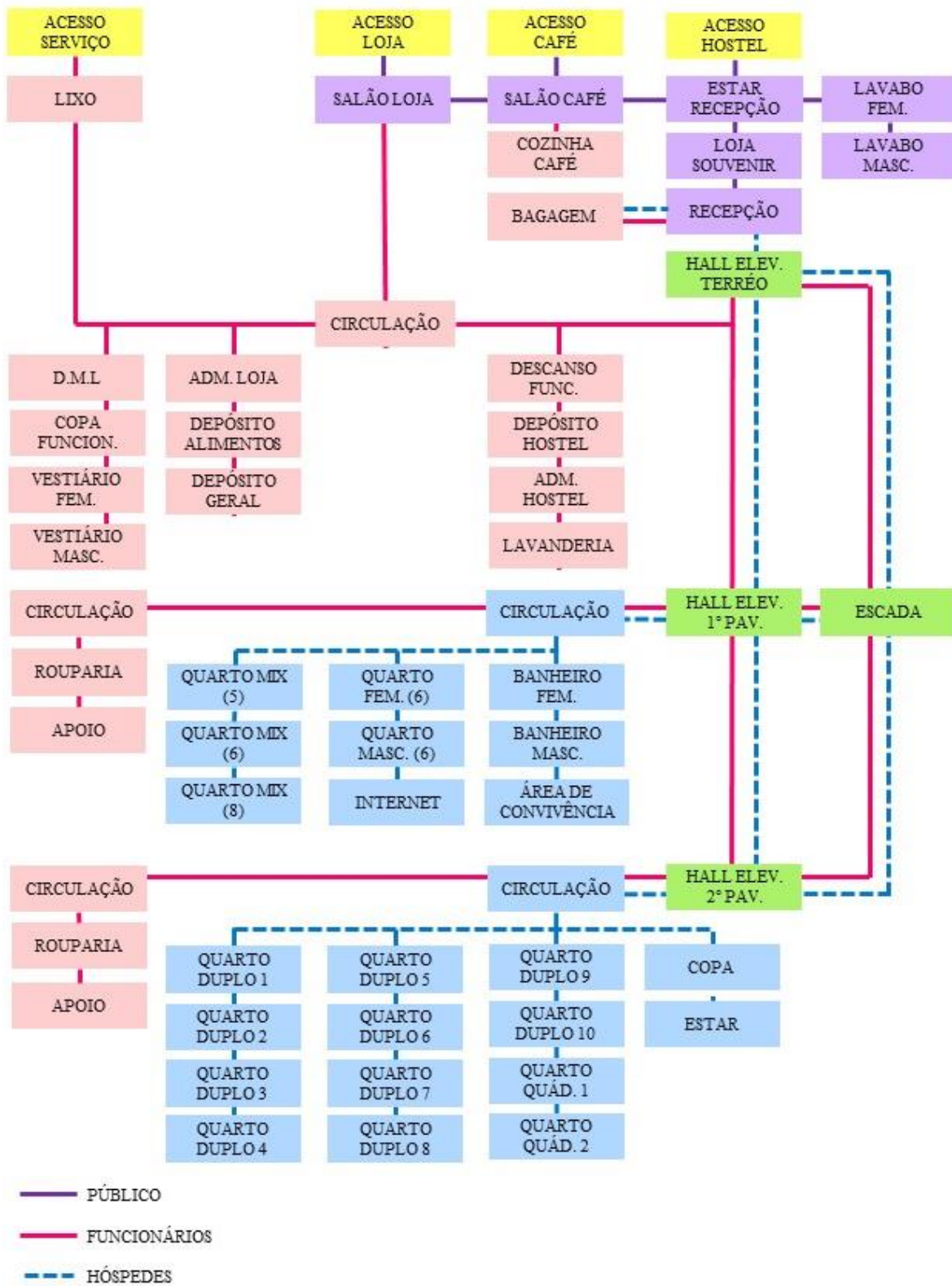


Figura 56: Fluxograma da proposta.



6.3. Setorização

Seguindo o organograma e fluxograma foi elaborada a setorização do projeto, buscando organizar os setores e sua espacialização em planta, locando os ambientes de modo a ter um maior aproveitamento do espaço.

Figura 57: Setorização da proposta.



6.4. Memorial Justificativo

A proposta de inserção arquitetônica pretende preservar o valor histórico, arquitetônico e urbanístico dos remanescentes da antiga Casa Carvalhaes, visando uma interação harmônica entre o antigo e o novo. Sendo assim, a proposta da nova edificação buscou manter aspectos originais como a volumetria e abertura e dimensão de vãos, no entanto com uma abordagem contemporânea com ritmo e materiais diferentes.

Uma vez que todo o interior da edificação antiga não existe mais, foi proposto uma nova divisão interna, porém mantendo alguns elementos da configuração original como a localização da escada, o acesso de serviço (pela Trav. Leão XIII) e o vazio para área de ventilação.

No pavimento térreo (figura 58) é onde localizam-se as áreas de acesso ao público: recepção do hostel, salão da loja e café. Os 3 empreendimentos possuem acessos próprios, tanto pela R. Santo Antônio quanto pela Trav. Leão XIII, de modo a ser um atrativo para o grande fluxo de transeuntes dessa área. O setor de serviço da edificação fica concentrado no miolo do lote, e possui depósitos e administrações distintos para cada estabelecimento. Todavia, as dependências para o uso dos funcionários como Copa/Área de Convivência e Vestiários são compartilhadas.

Os pavimentos superiores, originalmente, eram destinados ao uso residencial e buscou-se mantê-los como um espaço de maior privacidade, e, por isso, é onde o setor de hospedagem do hostel se localiza. Assim como na disposição original da edificação, tanto o 1º pavimento quanto o 2º pavimento possuem um corredor central que dá acesso aos demais ambientes, a exemplo dos dormitórios. Nesses pavimentos existem também copas e áreas de convivência para uso dos hóspedes. Ainda, cada pavimento superior possui uma sala de apoio e uma rouparia, local destinado a armazenar roupas de camas e toalhas do hostel (figuras 59 e 60).

Figura 58: Layout do Térreo.



Figura 60: Layout 1º pavimento.



Figura 59: Layout 2º pavimento.



Para o lote onde está inserida a edificação, de acordo com a legislação, o gabarito máximo de altura é de 10 metros. No entanto, observou-se que a volumetria com 10 metros de altura acabaria por desaparecendo em relação ao entorno, que conta com edificações suntuosas como o Paris n'América (figura 61).

Figura 61: Volumetria com 10m de altura e entorno.



Dessa forma, optou-se por manter a altura da edificação original, com 16,5 metros de altura, de modo a reconstituir a volumetria da quadra (figura 62).

Figura 62: Volumetria com 16.5m de altura e entorno.



No que restou das fachadas da antiga Casa Carvalhaes, optou-se por manter o revestimento azulejar original, recompondo os painéis com os azulejos que foram recuperados após o incêndio. Para o restante da fachada, é proposta uma nova configuração de vãos, incluindo janelas de peitoril de 1,5m e sacadas do corpo do edifício, objetivando um jogo de cheios e vazios para modificar o ritmo da fachada, conotando um caráter contemporâneo à edificação.

Figura 63: Proposta para a antiga Casa Carvalhaes.



Figura 64: Fachada da Tv. Leão XIII.



Figura 65: Fachada da R. Santo Antônio.



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo e das análises realizadas, fica evidente que a antiga Casa Carvalhaes tem importância para a memória arquitetônica e urbanística da cidade. Todavia, a sua trajetória nos últimos anos é só mais um exemplo que demonstra o descaso e desinteresse com as edificações históricas no CHB.

De todo modo, conclui-se que a partir de embasamento teórico, não somente acerca da edificação original e do seu entorno urbano, mas também sobre os seus elementos, a exemplo do azulejo como revestimento de fachadas, é possível elaborar uma proposta de uso compatível capaz de resgatar a vida de uma edificação pós-sinistro e, conseqüentemente, a preservação do patrimônio arquitetônico do CHB.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Dora Monteiro e Silva; BRITO, Stella Regina Soares de; SANJAD, Thais Alessandra Bastos Caminha. **Azulejaria em Belém do Pará - Inventário – Arquitetura civil e religiosa – Século XVII ao XX**. Brasília, DF. Iphan, 2016.

ALOISE, Julia Miranda. **O Restauro na atualidade e a atualidade dos restauradores**. Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Artigos_do_patrimonio_O_restauero_na_atualidad_e_e_a_atualidade_dos_restauradores_JuliaMiranda.pdf> Acesso em: 10 de julho de 2018.

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de. **Metamorfose Arquitetônica: intervenções projetuais contemporâneas sobre o patrimônio edificado**. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. Salvador, 2006.

BASSALO, Célia Coelho. **Art Nouveau em Belém**. Brasília, DF. Iphan/Programa Monumenta, 2008. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/files/PDFs/Art_Noveau_em_Belem.pdf> Acesso em: 22 de maio de 2018.

BELÉM, (Cidade). **Lei Nº 8.655, de 30 de julho de 2008**. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém, e dá outras providências. Diário Oficial Município de Belém. Belém, 2008.

BELÉM, (Cidade). **Lei 7.709 de 18 de maio de 1994**. Dispõe sobre a preservação do patrimônio histórico, artístico, cultural e paisagístico do município de Belém. Diário Oficial {do} Município de Belém. Belém, 1994.

BELÉM, (Cidade). **Lei Orgânica do Município de Belém, de 30 de março de 1990**. Diário Oficial Município de Belém. Belém, 1990.

BOITO, Camillo. **Os restauradores**. Tradução Beatriz Khul. Série Artes e Ofícios. São Paulo, Ateliê Editorial, 2008.

BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Série Artes & Ofícios. São Paulo, Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL, Decreto-lei nº 25, 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Rio de Janeiro, RJ, 1937.

BRASIL. Portaria nº 54, 08 de maio de 2012. **Homologa o tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico dos Bairros da Cidade Velha e Campina, no município de Belém, no Estado do Pará**. Ministério da Cultura, IPHAN. Brasília, 2012.

CAU BR. **5º Prêmio de Arquitetura Instituto Tomie Ohtake Akzonobel anuncia vencedores**. 27 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://www.caubr.gov.br/5o-premio-de-arquitetura-instituto-tomie-ohtake-akzonobel-anuncia-vencedores/>> Acesso em: 20 de outubro de 2019.

Carta de Atenas. ICOMOS, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Atenas, 1931.

Carta de Atenas. ICOMOS, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Atenas, 1933.

Carta de Burra. ICOMOS, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Austrália, 1980.

Carta de Cracóvia. Princípios para a Conservação e o Restauro do Patrimônio Construído. Conferência Internacional sobre Conservação, 2008. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>> Acesso em: 18 de maio de 2018.

Carta de Veneza. ICOMOS, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Itália, 1964.

Declaração de Curitiba. ICOMOS/Brasil, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Curitiba, 2009.

DERENJI, Jussara da Silveira. **Arquitetura Nortista: a presença italiana no início do século XX.** Manaus: SEC, 1998.

KUHL, Beatriz Mugayr. **Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação.** São Paulo: Atêlie Editorial: Fapesp: Secretaria da Cultura, 1998.

FABRIS, Annateresa. **Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização.** Anais do Museu Paulista, Nova Série, n° 1. São Paulo, 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v1n1/a11v1n1.pdf>> Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

GOMES, Carla. **Intervenção no Convento de Santa Iria, Tomar:** Reconverter o passado numa ideia de futuro. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2014.

JESUS, R. **Patrimônio Ambiental Urbano e Revitalização Urbana: estratégias possíveis para o 4º distrito.** Artigo apresentado para o IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-4/SESSAO%2033/S33-02GOMES%20DE%20JESUS,%20R.pdf>> Acesso em: 15 de Novembro de 2019.

Livro de Ouro comemorativo do Centenário da Independência do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro: 7 de setembro de 1822 a 7 de setembro de 1922. Anuario do Brazil. Rio de Janeiro, 1923.

MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. **A cozinha mestiça: uma história da alimentação em Belém (fins do século XIX a meados do século XX).** 2016. 323 f. Tese (Doutorado) –

Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém, 2016.

MORENO-NAVARRO, Antoni González. **La Restauración Objetiva: Método SCCM de restauración monumental**. Memoria SPAL 1993-1998, volume1. Barcelona: Disputació de Barcelona: 1999.

MOURA, Ignacio. **Anuario de Belém em Comemoração do seu Tricentenário 1616 - 1916 – Histórico, Litterario e Commercial**. Belém: Imprensa Official do Estado do Pará, 1915. Disponível em: <<https://ufpadoisponzero.wordpress.com/2013/06/25/859/>> Acesso em: 22 de maio de 2018.

NORAT, Roseane da Conceição Costa. **Moradia como meio para reabilitação de áreas e prédios históricos**. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2007.

PEREIRA, Célia Nunes. **(Re)construções do Carmo: utopia no espaço público**. In: Chiado, Carmo, metropolis e u-topia: artes na esfera pública. Lisboa, 2016, p. 41-52.

PARÁ (Governo). **Lei n. 5629, de 20 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a preservação e proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural do estado do Pará. Diário Oficial do Estado, Belém, 1990.

PEDONE, Jaqueline Viel Caberlon. **O Espírito Eclético**. 2003. 250 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

PORTAL VITRUVIUS. **Hostel Villa 25**. Projetos, São Paulo, ano 18, n. 212.02, Vitruvius, agosto, 2018. Disponível em: <<https://t.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/18.212/7071>>. Acesso em: 20 de outubro de 2019.

- Recomendações de São Paulo para uma nova agenda de preservação patrimonial brasileira.** Boletim ICOMOS/Brasil, n. 02, 2018.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil.** São Paulo. Perspectiva, 1970.
- RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese.** 1903. Tradução: Elane Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentini. Goiânia: Editora da UCG, 2014.
- RUSKIN, John. **A Lâmpada da Memória.** Série Artes & Ofícios. São Paulo, Ateliê Editorial, 2008.
- SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912).** Belém, Paka-Tatu, 2000.
- SIZA, Álvaro. **Textos 01.** Porto, Civilização Editora, 2009.
- SANJAD, T.A., COSTA, M.L., PAIVA, R.S., PALÁCIOS, F. O. **Ação microbiológica nos azulejos históricos das fachadas em Belém, região amazônica.** Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes, 4 (8), 2014, p: 124-133.
- SANJAD, T. A. B. C. **Intemperismo tropical em fachadas azulejadas de edificações históricas de Belém do Pará.** Tese (Doutorado em Ciências – Geologia e geoquímica) – UFPA, Belém, 2007. 289 p.
- VIÑAS, Salvador M. **Teoría Contemporánea de la Restauración.** Patrimônio Cultural. Editora Sintesis, 2010.
- VIOLETT-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração.** Série Artes & Ofícios. São Paulo, Ateliê Editorial, 2007.
- WANDERLEY, Ingrid M. **Azulejo na Arquitetura brasileira: os painéis de Athos Bulcão.** 2006. 115 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.